

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Marcelle Baltés Maia Ivo

**MUDANÇAS NA GESTÃO DO TRABALHO:
a percepção de Assistentes Sociais**

Taubaté

2019

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Marcelle Baltés Maia Ivo

**MUDANÇAS NA GESTÃO DO TRABALHO:
a percepção de Assistentes Sociais**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Taubaté

2019

Marcelle Baltés Maia Ivo

**MUDANÇAS NA GESTÃO DO TRABALHO:
a percepção de Assistentes Sociais**

Trabalho de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Taubaté, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora Prof. Dra. Elisa Maria Andrade Brisola

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora _____

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof(a) _____

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profissional _____

Instituição _____

Assinatura _____

“Um problema só surge quando estão presentes todas as condições para solucioná-lo”.

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

Como já dizia Anitelli “Sonho parece verdade quando a gente esquece de acordar”, e hoje vivo uma realidade que parece um sonho, mas reconheço que foi preciso muito esforço, determinação, paciência e perseverança para chegar até aqui, e nada disso conseguiria sozinha. Por isso, minha eterna gratidão a todos aqueles que de alguma forma me ajudaram, e estiveram ao meu lado nessa minha jornada, que não foi curta e muito menos fácil, para que então esse sonho pudesse ser realizado.

Acredito que todos os meus professores deveriam ser citados aqui, afinal cada um com sua particularidade e sua essência guiou o meu caminho ao longo desses 4 anos. Simbolizo eles em Elisa Brisola, minha professora, que desde o primeiro dia de aula me inspirou a ser uma excelente profissional e nunca desistir de nossa profissão, e claro, minha orientadora, não imaginaria outra, senão você, obrigada não somente por toda paciência e dedicação, mas por me ensinar com suas palavras, reflexões e conversas, que dar esperança e brilho ao olhar das pessoas é um bom motivo para ser Assistente Social.

Eurico, meu pai, alguém que me ensinou com o exemplo que eu devia sempre dar o meu melhor em tudo o que fizesse. Rosana, minha mãe, um exemplo de força, que tem em seu colo um porto seguro. E essa união da força de minha mãe e do fazer sempre o melhor de meu pai formaram o que sou hoje, alguém que tenta colocar de maneira plena seu coração por completo em tudo o que faz. Marcus Vinícius, meu irmão, me completa naquilo que sou, e no que quero ser. Agradeço a vocês, sempre!

Nessa jornada, muitas pessoas passaram. Cristian Peterson, obrigada por permanecer, por ser e estar, o meu companheiro, parceiro e amor, para sempre! Você me ensinou a desejar aquilo que mais guia o que sou: amar e mudar as coisas que nos interessam, acreditou no meu potencial e no meu sonho de um mundo melhor e mais ainda do que acreditar, você vive tudo isso ao meu lado, de mãos dadas. Obrigada, por toda essa lealdade e amor de sempre.

*“Tenha fé no nosso povo que ele resiste
Tenha fé no nosso povo que ele insiste
E acordar novo, forte, alegre, cheio de paixão
Vamos caminhando de mãos dadas com a alma nova
Viver semeando liberdade em cada coração
Tenha fé no nosso povo que ele acorda
Caminhando e vivendo com a alma aberta
Aquecidos pelo sol que vem depois do temporal
Vamos, companheiros pelas ruas
Semeando um sonho que vai ter de ser real
Caminhemos pela noite com a esperança”.*

O Teatro Mágico

RESUMO

O mundo do trabalho desde o final dos anos 1970 vem sofrendo mudanças no que tange a gestão do trabalho com implementação de novas tecnologias e novo modelo de organização da produção, afetando os trabalhadores de maneira geral, com a precarização, terceirização e desemprego estrutural, visando a retomada das taxas de lucro alcançadas nos anos de ouro do capitalismo. O capital experimenta uma crise de acumulação de longa duração, a qual produz mudanças também no interior dos Estados nacionais. Tais mudanças, no caso brasileiro, reverberam nas políticas públicas em razão das exigências de redução de gastos públicos e na gestão do trabalho de servidores públicos. O contexto de mudanças impacta os poderes públicos tanto em nível federal, como estadual e municipal. Nesse sentido, essa pesquisa buscou identificar as percepções de assistentes sociais da área da Assistência Social do município Jacareí- SP acerca desses novos processos de gestão do trabalho. Como objetivos específicos buscou conhecer as trajetórias profissionais de assistentes sociais na área da Assistência Social; identificar as mudanças ocorridas na Política de Assistência Social e seus rebatimentos para o trabalho dos assistentes sociais e identificar os limites e possibilidades para a atuação desses profissionais sociais na área da Assistência Social. Metodologicamente o estudo foi com abordagem qualitativa, com a metodologia da História Oral e foram entrevistadas 04 profissionais assistentes sociais. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da técnica da triangulação. Como resultados constatou-se pelas narrativas das entrevistadas que no contexto contemporâneo o SUAS vem sofrendo um desmonte, causado pelas decisões políticas do governo atual, o que segundo a fala das profissionais entrevistadas vem rebatendo no cotidiano profissional dos Assistentes Sociais trabalhadores do SUAS, de forma a precarizar o trabalho. Observa-se que há reconhecimento das mudanças promovidas pelos SUAS na vida dos usuários e no trabalho profissional, porém, há profissionais que não fazem leitura crítica da realidade e aderem ao conservadorismo.

Palavras-chave: Assistente Social. Política de Assistência Social. Gestão do trabalho

ABSTRACT

The world of work since the late 1970s has been undergoing changes in work management with new technologies and a new production organization model, affecting jobs in general, with precariousness, outsourcing and structural unemployment, a resumption of profit rates achieved in the golden years of capitalism. Capital experiences a long-term accumulation crisis that also produces change within the United States. Such changes, in the Brazilian case, reverberate in public policies, due to the reduction of public spending and the management of public servants' work. The changing context impacts public authorities at the federal, state and municipal levels. In this sense, this research seeks to identify the perceptions of social workers in the area of Social Welfare of Jacareí-SP about these new work management processes. As objectives sought seek to know the professional trajectories of social workers in the area of Social Assistance; identify as changes occurred in the Social Assistance Policy and their discounts for the work of social workers and identify the limits and possibilities of action of these social professionals in the area of Social Assistance. Methodologically or study was with a qualitative approach, with a methodology of Oral History and were interviewed 04 social workers professionals. How interviews were transcribed and analyzed using the triangulation technique. As the results are shown by the narratives of the interviewees who are not part of the contemporary context or by SUAS, they are dismantled, by the political decisions of the current government, or by the second discourse of interviewed professionals, which has been rebounding in the daily life of SUAS social workers. a precarious work. Note that there is recognition of changes promoted by SUAS in users' lives and professional work, however, there are professionals who do not critically read reality and adhere to conservatism.

Keywords: Social Worker. Social Assistance Policy. Works Management.

LISTA DE SIGLAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ASPAD – Associação de Pais e Amigos do Down
- CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CEPAC – Associação “Criança Especial” de Pais e Companheiros
- CEP/UNITAU – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté
- CF/88 – Constituição Federal de 1988
- CIPS – Consórcio Intermunicipal de Promoção Social
- CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
- CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CRAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência de Assistência Social
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- JAM – Jacareí Ampara Menores
- LBA – Legião Brasileira de Assistência
- LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
- NOB-RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- PAIF – Programa de Atenção Integral as Famílias
- PAT – Posto de Atendimento ao Trabalhador
- PBF – Programa Bolsa Família
- PCF – Programa Criança Feliz
- PIB – Produto Interno Bruto
- PMAS – Plano Municipal de Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

SAS – Secretaria de Assistência Social

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema	13
1.2 Objetivos	14
1.3 Delimitação do Estudo	15
1.4 Relevância do Estudo	23
1.5 Organização do Projeto	24
2. REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1 A Crise do Capital	25
2.2 O Surgimento do Serviço Social no Brasil	28
2.3 O Serviço Social como Profissão	29
3. MÉTODO	32
3.1 População	33
3.2 Instrumentos	33
3.3 Procedimentos para Coleta de Dados	34
3.4 Procedimentos para Análise de Dados	34
3.5 Perfil das Entrevistadas	35
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	36
4.1 O antes e o depois da Política Nacional de Assistência Social: uma história de avanços e recuos	36
4.2 A percepção dos assistentes sociais quanto aos limites e possibilidades no SUAS	52
CONDISERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
APÊNDICE I	68
APÊNDICE II	69
ANEXO A	96
ANEXO B	98
ANEXO C	99

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata das condições de trabalho do assistente social nos limites do capitalismo contemporâneo, levando em conta que o Serviço Social só pode ser entendido como profissão a partir do processo de produção e reprodução das relações sociais, sua inserção na divisão socio-técnica do trabalho, reconhecendo-o como um trabalhador assalariado.

A partir de minha inserção no estágio na Secretaria de Assistência Social do município de Jacareí- SP pude conhecer a atuação dos profissionais de Serviço Social nas suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e, principalmente a técnico-operativa e observar os desafios da atuação profissional, desencadeando, então, minha reflexão acerca dos impactos trazidos para o campo de atuação do assistente social – trabalhadores sociais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em Jacareí.

Tendo em conta que o Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, ou seja, além de conhecer as demandas de seus usuários, age institucionalmente para enfrentá-las por meio de estratégias, procedimentos, instrumentos e técnicas operativas, e tendo o Estado como o seu maior empregador, o tema se tornou viável para compreender como se dá o trabalho dos assistentes sociais e as mudanças identificadas no decorrer de suas atuações profissionais.

A partir da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e seu reconhecimento no setor de serviços, o desenvolvimento da intervenção profissional deslocou-se para as organizações públicas e privadas, por meio da execução direta e indireta de programas, projetos e serviços. Assim, o profissional ao ser incluído nesta divisão do trabalho, vende sua força de trabalho e busca atender as demandas institucionais, marcando, assim, o seu perfil de assalariado, o qual estará sempre exposto às mudanças estruturais e conjunturais e os impactos destas sobre seu trabalho.

Em decorrência da crise do capital iniciada na década de 1970, crise essa de caráter estrutural, diferentes estratégias foram engendradas com intuito de retomar as taxas de acumulação alcançadas nos chamados “anos de ouro” do capitalismo, ou seja, após o segundo pós-guerra até meados dos anos de 1970. Dentre essas estratégias destacam-se as mudanças no mundo do trabalho com a implementação do modelo de acumulação flexível (Harvey, 1998 apud Ceolin (2014) e, no âmbito do Estado a instauração de políticas neoliberais que defendem, dentre outros aspectos, um Estado forte para o capital e fraco para as políticas públicas (CEOLIN, 2014, p. 249-250).

Para a apreensão da crise contemporânea do capital, é preciso uma observação nas mudanças realizadas no modo de produção e acumulação capitalista, especialmente no período pós Segunda Guerra Mundial, assim como suas implicações na esfera da vida social. São inúmeras as transformações ocorridas nas sociedades capitalistas em sua fase monopolista devido ao esgotamento do modelo fordista-keynesiano, que perdurou até o início dos anos 1970.

A crise mundial do sistema capitalista cuja organização advém da base taylorista-fordista¹ e sua alteração para o modo de produção flexível (Toyotismo) instauraram profundas mudanças no mundo do trabalho, em suas proporções de organização, regulação e gestão, estabelecendo novos modelos de gestão na esfera do Estado e das políticas públicas. Os artifícios utilizados para a contenção dessa crise, foram realizados por meio do projeto neoliberal, cujo cerne foi o combate ao Estado de Bem-Estar Social e ao reordenamento da globalização financeira (BALANCO; PINTO, 2008).

Neste cenário, particularmente no caso brasileiro, as conquistas da Constituição Federal mal foram regulamentadas e o neoliberalismo adentra na agenda do Estado, trazendo modelos gerenciais para seu interior, com fenômenos como a precarização e a flexibilização do trabalho.

Essas mudanças no mundo do trabalho, trouxeram modificações às políticas sociais e mudanças nas condições e relações de trabalho afetando os profissionais do Serviço Social e não apenas eles, impondo a necessidade de compreender as transformações e as novas funções do Estado, para então conseguir modificar sua prática frente às mudanças. Tornou-se também necessário ao profissional, o entendimento dessas novas condições e relações de trabalho, identificando-se como trabalhador assalariado, para nesse contexto criar estratégias de resistência.

É diante desse cenário de contradições o qual aqui foi exposto, que o assistente social está inserido, por isso a importância do trabalho aqui apresentado, pois por meio da pesquisa, foi possível identificar os desafios enfrentados pelo assistente social em seu exercício profissional dentro dos serviços, bem como analisar de que maneira a precarização das políticas sociais e do trabalho vem rebatendo no cotidiano da profissão.

1.1 Problema

A partir da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passou a ser considerada política pública de Seguridade Social - “direito do cidadão e dever do Estado”. Desde então

¹ Esta organização é marcada por uma divisão de trabalho moderna, no entanto fragmentada e repetitiva, que tem como objetivo a ampliação da produção em um menor espaço de tempo e do lucro através da exploração da força de trabalho (http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf).

trilhou-se um longo percurso até a aprovação da Lei orgânica da Assistência Social (LOAS-1993); Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS-2005), elementos que foram determinantes para uma nova forma de organizar a Política, e ver os usuários, exigindo, por consequência novas práticas profissionais.

Inúmeras foram as conquistas do SUAS desde a sua implementação em todo o território nacional por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, construiu-se um novo tempo para a Assistência Social.

Contudo, esse processo não se deu sem contradições, sobretudo porque nesse mesmo movimento adotou-se no âmbito do Estado, o modelo de gestão gerencial.

Por outro lado, após o golpe que levou ao impedimento da presidente Dilma Rousseff em 2016, a Política de Assistência Social, assim como outras políticas públicas, passa por um processo de desmonte. As políticas sociais estão intrinsicamente ligadas a política econômica o que interfere nos serviços públicos que são prestados à população, refletindo também nas condições de trabalho dos profissionais que trabalham na área social (CAVALCANTE; PREDES, 2010).

Em seu dia-a-dia de trabalho, os profissionais do Serviço Social estão postos em uma realidade contraditória, onde em meio ao aumento da demanda por serviços sociais há a redução do financiamento das políticas sociais determinada pelo processo de contrarreforma do Estado. Nesse contexto, o exercício profissional e as condições de trabalho estão cada vez mais precarizadas.

Diante do exposto, pergunta-se: como os assistentes sociais que atuam nesse contexto percebem esses processos? Os profissionais conseguem identificar as motivações das mudanças operadas no âmbito do trabalho social? Que perspectivas ou estratégias constroem para o enfrentamento de tal questão?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar as percepções de assistentes sociais da área da assistência social de Jacareí acerca dos processos de precarização do trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as trajetórias profissionais de assistentes sociais na área da assistência social;

- Identificar as mudanças ocorridas na política de assistência social e seus rebatimentos para o trabalho do assistente social;
- Identificar os limites e possibilidades para a atuação de assistentes sociais na área da assistência social.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa objetivou compreender as percepções dos profissionais do Serviço Social, que atuam na área da Assistência Social no município de Jacareí- SP acerca dos processos de precarização do trabalho.

Jacareí, foi a terceira das três vilas fundadas no século XVIII no Vale do Paraíba paulista (Taubaté-1628, Guaratinguetá-1646 e vila de São Francisco das Chagas de Taubaté -1646) e “tem sua história remota envolvida por muitos questionamentos, silêncios e mitos fundadores embasados em escassa documentação” (FERREIRA, 2011, p. 20).

Em 1653, o povoado de Nossa Senhora da Conceição do Parahyba foi elevado à Vila, vindo a se constituir em importante rota de penetração para o médio Vale (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

Nos primeiros anos de povoamento de Jacareí a base econômica era o cultivo de algodão, milho, mandioca e criação de porco e gado, para subsistência e pequeno comércio. A descoberta do ouro nas Minas Gerais no século XVIII fez da região do Vale do Paraíba importante rota entre o interior e o litoral. Mas, com a diminuição da exploração do ouro, o plantio da cana-de-açúcar tornou-se uma alternativa econômica para a região, adotando a mão de obra escrava africana (MOREIRA, 2014, s/p).

O desenvolvimento da cidade se deu de forma desigual, porém há registros sobre a importância do café para esse desenvolvimento no final do século XIX para o início do século XX (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

A partir de 1850, Jacareí teve um aumento significativo de seu contingente de homens pobres livres, bem como de escravos, possivelmente devido ao aumento proporcionado pela agroindústria cafeeira, ou seja, “da mesma forma que a fortuna se fazia presente, também a pobreza adentrava a cidade, na pessoa de trabalhadores e libertos, à procura de oportunidades” (PATROCÍNIO, 2003 *apud* PAPALI, 2012, p. 01).

Após a abolição da escravatura em 1888 e o advento da República em 1889, inicia-se em Jacareí a implementação de um “polo fabril, consolidando o trabalho assalariado”

(MOREIRA, 2014, s/p.), o qual foi fortalecido pela construção da Rodovia SP-66 (Estrada Velha Rio – São Paulo).

Já o “processo de urbanização das cidades da região do Vale do Paraíba que se posicionam ao longo da rodovia Presidente Dutra contou com significativos investimentos por parte do Estado e do capital, bem como, com intenso fluxo migratório para estas cidades” (AMORIM, s/d). Nessa perspectiva, conforme o autor supracitado, o município conheceu mudanças significativas em seu território, porém, de modo geral, as forças que transformaram esse território vinham em sua maior parte de fora: investimentos do capital, ações hegemônicas do Estado e força de trabalho migrante.

Com a rodovia Presidente Dutra, que interliga a cidade de São Paulo ao Rio de Janeiro, cortando muitas cidades da região do Vale do Paraíba, houve grande valorização das terras no município, sobretudo na região central, fato que gerou o surgimento de bairros pobres em áreas mais distantes. Nesse contexto de expansão, as elites dominantes ocuparam as áreas mais altas e posteriormente as áreas de várzea, não inundadas (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

O processo de crescimento urbano se deu de forma acentuada até a década de 1970, decorrente da expansão do parque industrial e da migração (MOREIRA, 2014, s/p), sendo constante até a atualidade. Nesse contexto, emergiram os problemas das moradias populares, da insuficiência de equipamentos urbanos na periferia e da violência urbana.

Na década de 1980, apesar dos impactos da reestruturação produtiva, o parque industrial de Jacareí se diversificou e expandiu, reproduzindo processos que afetaram as cidades brasileiras como um todo, ou seja, expansão da área de serviços e desemprego na área industrial (Secretaria Municipal De Assistência Social , 2017, Jacareí).

Atualmente, o município vive um novo ciclo de expansão, sobretudo na área dos serviços, novamente acompanhando o movimento nacional e internacional da reprodução capitalista. Notoriamente, tal expansão traz consequências como novas possibilidades de emprego, mas também acarreta novas demandas ambientais e sociais, às quais exigem respostas do poder público, visando suprir as necessidades dos cidadãos e cidadãs jacareenses (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

O município de Jacareí faz parte do chamado Complexo Metropolitano Expandido que compõe, aproximadamente 75% da população do estado de São Paulo. Tem uma área de 464, 270 km², sendo 98.62% desta área urbanizada, e sua densidade demográfica corresponde a 477, 41 hab./km² (Prefeitura Municipal De Jacareí, 2017).

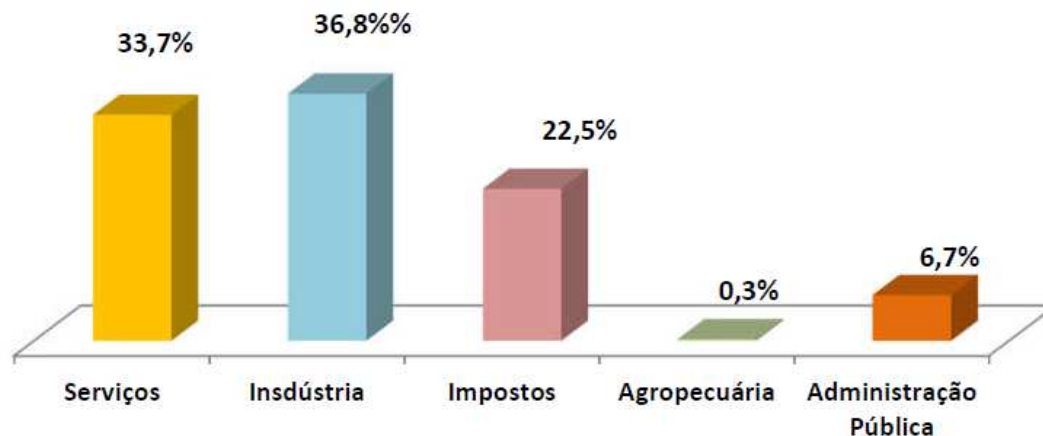
Quadro 1 – Território e População no município de Jacareí – ano 2016

Área (km ²)	464,27
Densidade demográfica (hab /km ²)	477,41
População	221.650
População Urbana (98,62%)	218.589
População Rural (1,38%)	3.061
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM	0,777

Fonte: Fundação Seade, 2016

Em relação a produção econômica, em cinco anos, Jacareí teve um crescimento de 45% - saltando de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 10,6 bilhões. A indústria continua sendo a atividade com maior valor adicionado bruto. Dentre as cidades mais ricas do país, o município está na 83ª posição segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Gráfico 1 – Participação dos setores econômicos no Produto Interno Bruto (PIB)



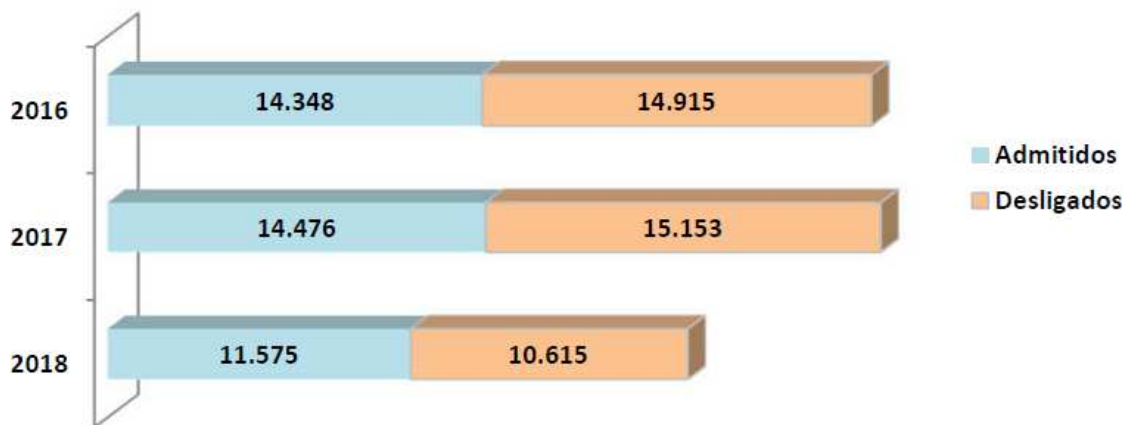
Fonte: IBGE, 2017

No Brasil, a taxa de desemprego subiu para 13,1% no primeiro trimestre do ano passado. E no último trimestre de 2017, atingiu 11,8%. (IBGE, 2017).

Diante do quadro nacional observa-se que a região terminou o ano de 2017 entre os 50 melhores em geração de emprego no Estado. O ranking trouxe os 370 municípios de São Paulo com mais de 10 mil habitantes, o qual é elaborado pelo Ministério do Trabalho mensalmente, com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Jacareí posicionou-se na 111ª colocação em fevereiro 2018, com 72 empregos criados no mês. Em janeiro 2018, a cidade estava na 228ª posição.

GRÁFICO 2 – Admitidos e Desligados no município – 2016 a 2018



Fonte: Ministério do Trabalho – CAGED, 2018

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego com dados do CAGED, o mercado de trabalho formal do município apresentou, comparado aos anos anteriores uma queda na geração de novas ocupações entre 2016 e 2018. Em 2018 as admissões registraram 11.575 contratações, contra 10.615 demissões.

A evolução da Política da Assistência Social no município de Jacareí, pôde ser analisada por meio das pesquisas realizadas nas leis ordinárias do município, em planos municipais e em Programas e Projetos desenvolvidos ao longo de sua existência, uma vez que não se encontram, em arquivos, referências sobre o assunto.

A construção da Assistência Social no município como política pública, percorreu uma trajetória de dificuldades, limites, avanços e retrocessos. Passou por práticas de solidariedade e de assistencialismo até a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS em 2006.

Por meio das leis ordinárias do município, constatou-se que o Serviço de Assistência Social foi criado em 1961, por intermédio da Lei 699/61, com o objetivo de atender, exclusivamente, as pessoas reconhecidamente pobres do município.

Ainda sem ser considerada como política pública, a Assistência Social tinha suas ações focadas no socorro aos necessitados, caracterizado em um modelo emergencial e benevolente do Estado.

Vale destacar que, nessa época, o município era associado ao Consórcio Intermunicipal de Promoção Social², no entanto não foi localizado documentos com o referido consórcio, apenas a lei 1.691/75 que dispunha de crédito para pagamento da anuidade (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

Vinculado ao Gabinete do Prefeito, através da Lei 1.790/77, em 01 de junho de 1977 foi criado o Departamento de Bem-Estar Social. Era de sua competência a execução de atividades relativas ao incentivo e ao auxílio do bem-estar da coletividade. Esse departamento abrangia: atendimento médico-hospitalar; promoção social; educação física, esportes, recreação e lazer. (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

Com a criação da Lei 2.078/82, ocorreu uma importante alteração, foi extinguido o Departamento de Bem Estar Social e criou-se, entre outras Secretarias, a Secretaria de Bem Estar Social. Com isso, o atendimento médico-hospitalar, da promoção social e do esporte/recreação passaram a ser desenvolvidos nos seus respectivos departamentos, todos agregados à Secretaria de Bem Estar Social (Plano Municipal Assistência Social De Jacareí, 2018).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foi concebida à Assistência Social o status de política pública de direitos, cidadania e dever do Estado.

Seguindo as leis ordinárias, verificou-se que, em 8 de fevereiro de 1993, a estrutura da organização administrativa da prefeitura passou por novas reformulações. A Secretaria de Bem-Estar Social teve sua composição alterada, conforme informes da Prefeitura Municipal de Jacareí (2018, p. 1).

- Divisão de Atendimento Social – considerada como porta de entrada do cidadão. Objetivava realizar orientação psicossocial; encaminhamentos aos recursos da comunidade; encaminhamentos para emprego; concessão de cesta básica, leite, passe urbano, passagem intermunicipal e estadual, óculos, próteses, roupas, calçados, material de construção, documentação civil e fotos; isenção e remissão de taxas.
- Divisão de Desenvolvimento Comunitário – cujo objetivo era identificar e cadastrar instituições; dar assessoria e apoio técnico aos programas e aos serviços; detectar as dificuldades e elaborar novos projetos a fim de melhorar o padrão dos serviços ofertados pelas entidades.

² CIPS – organização não governamental, de atuação municipal considerada de Utilidade Pública, cuja finalidade é atender e promover crianças e adolescentes, provenientes de famílias de baixa renda, priorizando as situações de exclusão ou risco social e pessoal. Atende os segmentos criança/adolescente e família, focando na situação de risco pessoal e social, assim como a Promoção Social, articulando com a rede de serviços assistenciais do município (http://sites.bauru.sp.gov.br/arquivos/website_cmdca/projetos_assistenciais/website_cmdca_projetoassistencial_16.pdf).

- Divisão de Apoio aos Migrantes – tinha por objetivo atender pessoas que chegavam ao município e não possuíam nenhuma referência, oferecendo-lhes os serviços de albergue, de alimentação, de higienização e passes/passagens. Esse serviço contava com apoio da Ronda Social que abordava e recolhia pessoas em situação de rua, a quem eram ofertados os serviços. Também realizava o embarque na rodoviária dos usuários que desejavam seguir viagem.

Em 7 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS a qual regulamentava o direito à assistência social, definia os princípios, objetivos e as ações a serem executadas de forma descentralizada e compartilhada, por meio de programas, de projetos, de benefícios e de serviços de assistência social.

A partir daí, definiu-se a preferência da responsabilidade do Estado no comando dessa política e estabeleceu-se que sua gestão fosse efetivada por meio de um sistema descentralizado e participativo. A Assistência Social em conjunto com a saúde e a previdência, passou a constituir o tripé da Seguridade Social.

Ao longo do ano de 1995, os trabalhadores sociais da Secretaria de Bem-Estar Social em articulação com a sociedade civil passaram a discutir a Política de Assistência Social do município. Trabalho o qual resultou na Lei 3.884/96, de 22 de outubro de 1996, com a criação e implantação o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

Em 12 de Abril de 1997, realizou-se a “I Conferência Municipal de Assistência Social de Jacareí”, que teve como objetivo o estabelecimento de diretrizes para a fundamentação do Plano Municipal de Assistência Social. Foi elaborado então o primeiro Plano Municipal de Assistência Social, que teve como tema geral a Caracterização do Município e da Rede de Proteção Social. O Plano refletiu os princípios estabelecidos na LOAS e teve como finalidade (re)definir as ações que norteariam a Assistência Social do município (informações coletadas junta a uma profissional da Secretaria da Assistência Social que vivenciou o processo de construção da Política Municipal de Assistência Social de Jacareí, bem como em atas e documentos do órgão e do Conselho Municipal de Assistência Social).

Segundo a gestora as ações propostas no I Plano Municipal de Assistência Social perduraram até o ano de 2001, quando a nova gestão iniciou o estudo dos programas e deu novas diretrizes à política municipal de assistência social.

Uma das alterações desse período foi o convênio firmado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB- Mulher) para atendimento e orientação jurídica às usuárias da Divisão de Atendimento à Mulher.

Em 31 de janeiro de 2002, foi sancionada a Lei 4.576/02 que alterou novamente a estrutura administrativa do Poder Executivo. A Secretaria de Bem-Estar Social teve seu nome mudado para Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Competia à Secretaria de Assistência Social e Cidadania a execução de políticas públicas de assistência social e resgate à cidadania; a promoção da proteção ao idoso; a garantia da prestação de assistência social ao desvalido; a assistência social e a profissionalização ao adolescente carente e/ou abandonado; a execução do Programa de Atendimento de Medidas Socioeducativas, em meio aberto, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente; e o desenvolvimento de outras atividades que a ela fossem atribuídas pelo Prefeito.

A Secretaria de Assistência Social e Cidadania passou a ser responsável por:

Executar políticas de assistência e de resgate da cidadania; Promover programas de enfrentamento à pobreza; Executar o atendimento ao idoso, pessoa portadora de deficiência, população em situação de rua, migrante, criança e adolescente, juventude, mulher e família; Efetivar o atendimento às medidas socioeducativas em meio aberto e de proteção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente; Desenvolver outras atividades atribuídas pelo Prefeito

Em 2004, foi aprovada a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que teve como perspectiva a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constituindo-se na regulação e organização, em todo território nacional, das ações socioassistenciais. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, aos seus membros e aos indivíduos; e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. (PNAS, 2004).

Diante a aprovação da PNAS, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania, viu a necessidade de contratar uma assessoria no intuito de contribuir no processo de readequação da política de assistência social, na perspectiva do paradigma do direito, na centralidade do papel do Estado e na regulação e execução da política de assistência social municipal, na territorialização dos serviços por meio de indicadores socio territoriais.

Iniciou-se, então, um processo de reflexão e de debate sobre a política de assistência social no município, e por intermédio da portaria 9.717/04, criou-se a Comissão de Reformulação da Política de Assistência Social em Jacareí, formada por profissionais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania.

Em dezembro de 2004, a Comissão concluiu o documento e apresentou a proposta do redesenho da Política de Assistência Social no município, com base nos princípios e diretrizes da PNAS, que propiciaria a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Nesse período, extinguiu-se o Plantão Social e implantou-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na região central, e em abril de 2006 foi inaugurado o CRAS na região norte. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) foi instituído em novembro de 2006, unificando os serviços de atendimento à mulher vítima de violência doméstica, o atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco e rua e o atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

No ano de 2007, foi implantado o CRAS na região oeste e, em 2009, o CRAS da região leste. Dessa forma, a gestão municipal atendeu a normativa da Política Nacional de Assistência Social e foi habilitada na Gestão Plena.

Em 7 de julho de 2010, foi sancionada a lei 5.498/10 que alterou a estrutura da Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Seu nome mudou para Secretaria de Assistência Social. Dessa forma, a Secretaria de Assistência Social implantou, definitivamente, o Sistema Único de Assistência Social, e passou a ser composta das seguintes unidades administrativas:

1. Assistência Técnica;
2. Assistência Administrativa;
3. Diretoria de Proteção Social Básica:
 - Gerência de Garantias e de Direitos Socioassistenciais;
 - Gerência de Atenção à Juventude;
 - Gerência dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
4. Diretoria de Proteção Social Especial:
 - Gerência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;
 - Gerência dos Serviços de Acolhimento Institucional;
 - Gerência de Serviços de Média Complexidade;
 - Gerência de Serviços de Alta Complexidade;
5. Diretoria de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social:
 - Gerência de Gestão de Monitoramento e Avaliação;
 - Gerência de Gestão da Informação;
 - Gerência de Articulação Institucional;
 - Gerência de Transferência de Renda;
6. Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira:

Gerência Administrativa,
Gerência Financeira;
Gerência de Fundo.

Atualmente a Secretaria da Assistência Social desenvolve os seguintes serviços:

5 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (03 Co financiados pelo MDS); 02 Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS (01 Co financiado pelo MDS); 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População em Situação de Rua – Centro POP (01 Co financiado pelo MDS); 50 vagas em Serviços de Acolhimento para População em Situação de Rua (25 Co financiadas pelo MDS). (Prefeitura Municipal De Jacareí, 2019, s/p).

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

O presente estudo é de extrema importância para compreendermos o processo de precarização do trabalho na sociedade contemporânea e os impactos trazidos para a atuação profissional dos Assistentes Sociais; para tanto é necessário a aproximação do tema, a partir da reflexão das categorias fundantes da pesquisa. Nesse sentido, refletimos então a categoria trabalho e as dimensões teórico-metodológica, ético-política e, principalmente a técnico-operativa da atuação dos profissionais.

O interesse em estudar e pesquisar sobre as mudanças na gestão do trabalho, mostrou-se ao longo dos meus dois anos de realização do estágio na área da Assistência Social no município de Jacareí, onde pude estar e vivenciar os desafios dos profissionais para a realização da atuação profissional e também para compreender como os Assistentes Sociais visualizam essa questão e seus vislumbres para o futuro e melhoria de suas ações.

Esse processo de precarização na sociedade contemporânea, é consequência das transformações societárias no mundo do trabalho, e nas funções do Estado através das Políticas Sociais, o que é nada mais do que os resultados de convênios neoliberais.

Para isso, o entendimento acerca da precarização do trabalho requer um estudo da crise do capital, e simultaneamente, da eficácia de organização da classe trabalhadora nos variados espaços sócio ocupacionais e políticos. Esta crise a qual estamos vivendo, tem servido tanto para a elevação das taxas de lucro quanto para o enxugamento dos direitos dos trabalhadores.

Desta forma, faz-se necessário esta pesquisa pois, discutir as formas de precarização, essencialmente sobre os assistentes sociais pode contribuir para a elaboração de estratégias para seu enfrentamento.

1.5 Organização do Projeto

O trabalho está organizado em seções: a primeira apresenta a introdução, problema, objetivos, delimitação do estudo e justificativa. Na segunda seção, apresenta-se a revisão de literatura, com reflexões acerca das principais categorias que embasam o estudo.

A terceira seção contempla a metodologia, compreendendo-a como meio para alcançar os objetivos propostos na pesquisa. E na quarta seção expõe-se os resultados e discussões, apresentando na sequência as demais: referências, anexos, apêndices e termos exigidos pelo Comitê de Ética.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nessa seção, buscou-se apresentar uma aproximação teórica as principais categorias que fundamentaram o estudo. Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa, a qual não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura, ou seja, não esgota as fontes de informações. Por outro lado, este tipo de revisão permite estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas (<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em out.2019).

2.1 A crise do capital

Desde que se alcançou a fase madura³, o sistema capitalista vem vivenciando suas crises, que segundo Marx (1983) são soluções momentâneas e agressivas das contradições existentes, que buscam restaurar transitoriamente aquele equilíbrio desfeito. Crises essas que causaram a diminuição da acumulação e expansão da produtividade, as quais são solucionadas por meio de medidas interventivas que as amenizam. No Manifesto do Partido Comunista de 1848, Marx e Engels (1998) explicam que as crises do sistema do capital são cíclicas por conta do excesso de produção, exigindo a construção de novas condições, ou seja, de um lado a destruição de forças produtivas e de outro, a criação de novos mercados e exploração intensa dos antigos.

A crise na qual estamos postos, desde os anos de 1970, de natureza estrutural, apresenta especificidades e repercussões de intensa gravidade para o sistema globalizado do capital. Trata-se de uma crise que implica mudanças na totalidade do sistema, em todas suas dimensões, produção, circulação e consumo, desenvolvendo-se em um contexto histórico e econômico muito antagônico das crises anteriores (GONÇALVES, 2016).

No que tange a atual crise do capital, Mandel (1990, p. 13 *apud* Lima, 2016) aponta para a sua particularidade, é uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalista, durável, com a diminuição do crescimento econômico e novos estímulos à produção.

Mészáros (2002, *apud* Bezerra; Medeiros, 2015) por sua vez explica que a atual crise do capital possui caráter global e não setorial; seu alcance é mundial; sua extensão é temporal, de longa duração e sem saídas a curto prazo.

³ Para Marx e Engels (2009) a grande indústria é considerada como a fase madura do capital, onde intensifica-se o processo de globalização de mercadorias, articuladas também ao processo de introdução de maquinários na produção industrial, aprofundando a grande divisão internacional do trabalho.

A crise atual estabelece um novo fenômeno frente as crises pregressas, pois trata-se de um longo processo de reestruturação do capital objetivando retomar seu ciclo reprodutivo, que originou mudanças no mundo do trabalho.

Antunes (1999 *apud* Brisola; Calil) afirma que a crise contemporânea do capital “se expressa de forma aguda e destrói a força humana que trabalha, destroça direitos sociais, brutaliza enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho e transforma em predatória a relação produção/natureza”.

As respostas à crise promovem mudanças tanto no mundo do trabalho, como também provocam redefinições profundas no Estado e nas políticas sociais, sobretudo com a implementação da agenda neoliberal.

Nos vários estudos (Antunes, 1999; Iamamoto, 2007; Mandel 1990; Mészáros, 2002; Perry, 1995; Tonet, 2009) acerca da crise contemporânea do capital, há quase unanimidade em afirmar que foi gerada a partir da mudança dos anos 1960 aos 1970, tempo em que a economia mundial mostrou evidentes sinais de depressão, altos índices inflacionários e mudanças no arranjo do poder.

Nesse contexto, surge então a terceira fase do período imperialista⁴, que é denominado de capitalismo contemporâneo. Para Mandel (1982), este período é conhecido como capitalismo tardio, o qual equivale a aparência mais pura de capital; enorme desenvolvimento da amplitude produtiva, que tem como base o desenvolvimento tecnológico, tendo como resultado a superprodução.

Delimitado brevemente o momento histórico, compreender o que significa o capitalismo é inevitável. Iamamoto (2008) apresenta que o modo de produção capitalista se trata de uma relação social de produção e reprodução da vida social baseada em classes sociais. Isso implica dizer que não se explica o capitalismo apenas por meio da relação contratual de trabalho, também não se define a uma espiral acumulativa de riquezas, e nem mesmo apenas pelo predomínio do mercado. Entretanto, para o sustento do capitalismo é inevitável a dominação de uma classe; que monopoliza a produção sobre a outra por meio da exploração do trabalho.

As constantes crises capitalistas possuem raízes provenientes do movimento de acumulação do capital. A origem da crise sempre possui caráter material, por exemplo, a raiz da crise atual encontra centralidade nas relações estabelecidas entre as pessoas no processo de produção da riqueza material (TONET, 2009). Ainda que as crises tenham essa característica,

⁴ Para Lenin, o imperialismo representa uma nova fase do desenvolvimento capitalista com a dominância dos monopólios e o capital financeiro, sendo este resultado da mistura das diferentes formas de capital. Neste sentido, a característica do imperialismo não é o capital industrial e sim o financeiro.

a atual crise do capital, iniciada no fim dos anos 1970, parece ter algo diferente das crises anteriores. Tonet (2009) a explica através de dois argumentos: (1) trata-se de um fenômeno global, portanto, não apenas em função de um setor específico ou em determinado país ou região; e (2) como ocorreu em crises passadas, não é possível deslocar a crise para determinada região geográfica do mundo em função da mundialização do capital. O autor defende a ideia da inexistência de um país no mundo que não experimenta a crise que atinge as estruturas básicas da sociabilidade capitalista.

Em busca de respostas, os capitalistas, junto com o fenômeno da mundialização do capital, apelam para a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que se definem por meio das mudanças na forma de produzir, deixando ao mercado a responsabilidade pela resolução dos problemas econômicos e sociais da sociedade. Segundo Tonet (2009) o Estado passa a assumir posicionamento periférico na satisfação das necessidades humanas, ou seja, um papel subsidiário, mínimo para os trabalhadores, máximo para o capital.

Antunes (1999) e Netto (1996) afirmam que com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a demolição do setor produtivo estatal, seguido de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, buscou-se dotar o capital do instrumento necessário para repor os patamares de expansão de períodos anteriores.

Ainda com base no pensamento de Antunes (1999), o capital procurou responder a crise em sua perspectiva fenomênica, visto que não modificou os pilares fundamentais do modo de produção capitalista. De outro modo, buscou reorganizar o padrão produtivo com base no taylorista/fordista, recorrendo-se a novos e velhos mecanismos de produção.

Assim, em resposta à crise do capital, o neoliberalismo é aplicado como método ideológico do capital em que a ação reguladora do Estado se reprime, com uma percepção de que o atendimento das necessidades dos trabalhadores passa a conceber uma responsabilidade cuja centralidade se orienta para o sujeito, uma vez que o comprometimento estatal, em relação ao social, não deve exceder ao âmbito da segurança pública, à fiscalização e à assistência social para os considerados incapazes de trabalhar. Como consequência, a classe trabalhadora sofre, em virtude das privatizações das empresas estatais e da mercantilização dos serviços sociais, sob o argumento da liberdade do mercado e da eficiência do Estado (ANDERSON, 1995).

Dessa maneira, implementou-se a mudança para um modelo de acumulação, que tem como base a flexibilidade para a produção capitalista. Neste ponto de vista, uma nova forma se instaura para conduzir e fortalecer as forças do capital.

A produção capitalista tem a flexibilização das condições de produção, como uma de suas características histórico-ontológicas. Portanto essa flexibilidade no mercado de trabalho como um todo, vem cercada pela desregulamentação dos direitos trabalhistas, de estratégias de informalização da contratação de trabalhadores e de uma flexibilidade nos modelos de consumo, afetando então a produção de bens e serviços, a organização e a gestão do trabalho, e as condições e relações do trabalho.

Tais mudanças, como dito anteriormente, atingem os trabalhadores de modo geral e produz mudanças no âmbito dos estados -nacionais.

2.2 O Surgimento do Serviço Social no Brasil

O surgimento do Serviço Social brasileiro se deu em meio a um contexto histórico de grandes excitações sociais. A partir de década de 20 do século XX, a pobreza arranjada pelo conflituoso processo de industrialização e constituição da massa proletária no Brasil, levou essas classes a manifestações e movimentações que visavam melhores condições de vida (Iamamoto, 2011; Netto, 2009 *apud* Silva; Silva; Souza, 2016).

Iamamoto (2004) menciona sobre a situação singular no Brasil, e explica que nosso país por muito tempo teve sua sustentação econômica pautada em agro exportação cafeeira e quando recebeu a industrialização, esta chegou aqui de forma enviesada. A iniciante indústria foi financiada pelas grandes potências que procuravam ampliar seus mercados, porém o processo de industrialização não ocorreu da mesma forma no Brasil comparado com as grandes potências. Pois particularidades como a dependência econômica e a submissão política configuraram uma história particular de “progresso” para o Brasil.

Nesse contexto, a autora explica que duas instâncias irão se destacar para responder às expressões a questão social: o primeiro é o Estado, que como vimos passava por disputas no poder. A segunda instância é a Igreja Católica que irá se aliar ao Estado para responder ao pauperismo, e com a intenção de rever alguns privilégios que estava perdendo, principalmente após a laicização de algumas partes do Estado. Propunha-se trazer a cristianização de volta à sociedade civil, a Igreja via esta aproximação como o melhor caminho para atingir seu objetivo, ou seja, sua doutrina entendia que o desfecho para a sociedade civil e para o pauperismo era a cristianização. E foi desta conjuntura e por uma parcela da elite, principalmente a atrelada à Igreja Católica que os primeiros agentes da profissão irão surgir (IAMAMOTO, 2004).

A conjuntura política e social presente naquele momento [...] abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social. Ela será chamada a desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a

estabilidade do novo regime e com ele disputará arduamente a delimitação das áreas e competências de controle social e ideológico (IAMAMOTO, 2004, p.155).

Desta forma, suas ações foram voltadas para o reforço das relações societárias que se instauravam, e por isso agiam na singularidade do indivíduo, na perspectiva de adaptá-lo a situação com vistas a amenizar o conflito capital-trabalho. A Igreja teve fundamental papel na reprodução social naquele período, e o Serviço Social naquele primeiro momento, utilizou desta fonte doutrinária em sua ação profissional. Nesse sentido, a atuação do Serviço Social se afeçou naquele momento ao cunho moralizador, culpabilizando o indivíduo por seus problemas e por não se adaptar a sociedade. (IAMAMOTO, 2004; YAZBEK, 2009).

Esta foi a perspectiva ético-política base para a profissão naquele período. Ou seja, o Serviço Social participará desse processo de reprodução social, de manutenção da ordem societária que se instaurava (IAMAMOTO, 2007).

2.3 O Serviço Social como Profissão

Iamamoto e Carvalho (1982) e Yazbek (1995), são importantes nomes que investem na compreensão das particularidades históricas do processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social brasileiro, com base na reconstrução e renovação teórica do conceito social da profissão na sociedade capitalista.

A questão social⁵ é o principal instrumento de intervenção do assistente social. Iamamoto, (2008, p.163) afirma que o serviço social tem na questão social a base de sua fundação, enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio assistenciais, realizados nas instituições públicas e organizações privadas, influem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às várias expressões da questão social, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta por moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões.

Desse modo surge então, um novo agente profissional, influído de princípios da igreja católica, a qual atuava como uma instituição que contribuiu no começo para o desenvolvimento da profissão, tendo como principal intuito, naquele momento, organizar a caridade. Mais tarde,

⁵ Trataremos questão social como nos expõe Iamamoto (2004), expressões dos males causados pelo conflito entre capital e trabalho oriundos do sistema capitalista no processo de consolidação do capital monopolista. Este sistema embasa seu modo de produção a partir da propriedade privada e centralização dos meios de produção, o processo de produção se apropria da riqueza socialmente produzida, pois não retorna aos seus produtores tudo o que foi produzido. Isto dá origem a pobreza e provoca mudanças na sociedade, mudando a vida da classe trabalhadora objetivamente e subjetivamente.

ao se constituir como profissão e se institucionalizar, o serviço social rompe com os preceitos morais e cristãos e, conseqüentemente, com a igreja católica, adquirindo um papel mais interventivo na defesa da classe trabalhadora. (IAMAMOTO, CARVALHO, 2011).

Como já citados anteriormente, os acontecimentos internacionais de 1929 e 1930 aspergem significativamente na sociedade brasileira, levando está a uma reorganização das esferas estatal e econômica. Com a transformação da sociedade, aconteceu organização do proletariado para sua própria defesa enquanto classe. Organização essa que simbolizará também a única via possível de uma participação ativa na sociedade. Assim, aflora no Brasil, com característica totalmente assistencialista e controladora, o trabalho desenvolvido pelas “damas de caridade”.

Dessa forma, o Estado passou a intervir nas múltiplas manifestações das expressões da questão social. Para isso fez-se necessária a implementação das políticas apontadas a classe do proletariado, tornando-se, vital, nesse processo, profissionais capacitados tanto na concepção como na execução dessas políticas. Vale salientar que o aparecimento do Serviço Social, enquanto conjunto de atividades legitimamente reconhecidas dentro da divisão socio técnica do trabalho ressurgiu na década seguinte, considerando que durante a década de 1920, acontece moderadamente, ganhando força, principalmente no início de 1930, com a movimentação, pela igreja, do movimento católico leigo, emergindo, assim, o Serviço Social como um departamento especializado, embasado em sua doutrina social.

A gestão e o desenvolvimento do Serviço Social na sociedade acontecem a partir de 1930, sendo uma das estratégias motivadas pelo Estado e pela burguesia, com o apoio da Igreja Católica, com olhar de um novo tipo de combate às expressões da questão social. A questão social em si, é o motivo da implementação do espaço da profissão na divisão socio técnica do trabalho.

A profissão de serviço social não se qualifica somente como nova forma de praticar a caridade, mas meio de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora. Seus propósitos são essencialmente políticos, ou seja, o ajustamento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, fortificando a recíproca colaboração entre capital e trabalho.

Ao passar a defender e a se comprometer com os interesses da classe trabalhadora, a profissão de serviço social, passa a buscar fundamentação teórica adiante dos ensinamentos católicos, com o intuito de compreender a realidade contraditória, passou, então, a produzir novos conhecimentos, surgindo, nesse contexto, o denominado Movimento de

Reconceituação⁶. As agitações com aquela forma tradicional de atuar, moviam os profissionais a testarem sua eficiência mediante a realidade social brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

O referido Movimento revela-se à vista de três perspectivas de concepção profissional: a Perspectiva Modernizadora, nesta ainda não se pensava em uma ruptura com a subordinação ao Estado e do poder vigente, o capitalismo, havendo apenas uma maior racionalização ou tecnificação da prática profissional (NETTO, 2006); Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo, segundo Netto (2006), tinha-se a sugestão de voltar aos princípios da gênese da profissão, ou seja, voltar sobre aquilo que já havido sido alcançado, voltando às características totalmente baseadas nos preceitos da Igreja Católica; já na última perspectiva, Intenção de Ruptura, fundamentada na teoria Marxista, com a proposição de alcançar um pensamento crítico em relação à sociedade.

Somente em 1980 que, segundo Netto (2006), essa última perspectiva ganha dimensão no debate profissional, confrontando o conservadorismo do serviço social, antes chamado de serviço social tradicional. É nesse mesmo momento histórico que o Serviço Social se desenvolve profissionalmente, com a construção de um novo projeto profissional. Segundo Netto (1999), os projetos profissionais, construídos pela respectiva categoria,

[...] apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisito[...] para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas.(NETTO, 1999, p.88).

⁶ Expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil.

3. MÉTODO

Com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa desenha-se aqui o percurso metodológico a ser trilhado.

Nesse sentido, adota-se a teoria social crítica e o método em Marx como fundamento teórico-metodológico: “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto” (NETTO, 2009, p. 674). A essência é alcançada quando “capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento” (NETTO, 2009, p. 674).

A abordagem da pesquisa é a qualitativa visto que esta permite conhecer as vivências, experiências sociais que expressam a cultura dos sujeitos pesquisados (MARTINELLI, 1999).

Conforme Chizzotti (2000), a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto, entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Para Silva e Menezes (2005, p. 20) a abordagem qualitativa

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Para que se possa compreender questões do ponto de vista do sujeito, utilizar-se-á da Metodologia da História Oral, metodologia que nos apresenta a história de vida e tenta obter dados relativos à experiência íntima de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto em estudo (RAMPAZZO, 2010).

A História Oral conforme Cerutti (2010, p. 29):

tem sido definida como metodologia, pois propõe uma série de princípios teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa e insere-se como uma modalidade de pesquisa qualitativa. Compreende que os sujeitos têm memória, uma cultura e uma história e que, a partir destas dimensões humanas, interpretam reflexivamente, significam e ressignificam o mundo que os cerca às experiências vividas.

E segundo Cassab:

O narrador que conta sua história, seu relato ou dá seu depoimento de vida, não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida, apresentando subjetivamente os eventos vistos sob seu

prisma e o crivo perceptivo, possibilitando conhecer as relações sociais e as dinâmicas que se inserem ao objeto de estudo (CASSAB, 2003).

Portelli (1996) defende que a subjetividade, o trabalho por meio do qual as pessoas constroem e atribuem significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento.

Portanto, a subjetividade não deve ser considerada um ponto negativo ou até mesmo não científico, ao contrário. A experiência do sujeito que vivenciou os fatos e possui uma interpretação deles se constitui em fonte para o pesquisador.

3.1 População

A pesquisa terá como sujeitos 04 profissionais assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social os quais serão escolhidos a partir de suas experiências na área, bem como atendendo aos seguintes critérios:

- 02 com mais de 10 anos de experiência na secretaria;
- 02 com pelo menos 05 anos de experiência na secretaria;

A definição dos critérios baseia-se na perspectiva de se ter parâmetros entre o passado e o presente, na medida em que temporalmente aconteceram mudanças no processo de gestão do trabalho e na política de Assistência Social.

Outro critério a ser utilizado na escolha dos sujeitos é a acessibilidade junto a estes.

3.2 Instrumentos

O instrumento da pesquisa é a entrevista guiada por um roteiro (Apêndice I). Segundo Portelli:

Entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode realmente ver a outra a menos que a outra possa vê-lo ou vê-la em troca. Os dois sujeitos, interagindo, não podem agir juntos ao menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas (PORTELLI, 1997, p. 9).

Na presente pesquisa, propõe-se um roteiro com indicação de eixos, visando ao alcance dos objetivos específicos. A opção pelo roteiro em tópicos tem por finalidade captar a expressividade dos sujeitos (MARTINELLI, 1999, p.27).

Nesse tipo de entrevista,

o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. As perguntas são respondidas dentro de uma conversa informal (BONI e QUARESMA, 2005, p.74).

3.3 Procedimentos para Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa com profissionais assistentes sociais da Assistência Social de Jacareí, o primeiro procedimento realizado é a autorização da instituição na medida em que os sujeitos são servidores públicos.

Após a autorização, o segundo passo é a inclusão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil visando a aprovação no Comitê de Ética da universidade.

De posse do parecer de aprovação do projeto, serão contatados os sujeitos da pesquisa para agendamento do local e horário para a realização da entrevista.

No primeiro contato, será apresentada a pesquisa, seus objetivos e riscos, visando a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo 2).

As entrevistas serão gravadas em mídia digital; em seguida serão transcritas pela pesquisadora e devolvidas para as entrevistadas para a validação. As entrevistas serão guardadas pela pesquisadora por um período de 5 anos, quando serão destruídas.

Após a validação dos sujeitos, se iniciará a análise das entrevistas.

3.4 Procedimentos para Análise de Dados

As narrativas coletadas nas entrevistas serão analisadas pela técnica da triangulação. Segundo Martinelli (1999, p. 24), a triangulação é o “uso combinado de técnicas, a partir das finalidades da pesquisa”. Desse modo, para interpretar a narrativa, o pesquisador deve utilizar outras fontes pesquisadas, como autores que tratam do assunto, documentos que corroboram ou divergem da narrativa do sujeito.

A técnica da triangulação favorece uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos. Essa articulação é responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo, o que inclui a preparação dos dados empíricos coletados, mediante diversos procedimentos a serem adotados com vistas à organização e o tratamento das narrativas. É responsável também pela análise propriamente dita, o que implica refletir sobre: 1) a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; 2) sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, é imprescindível a recorrência aos autores que se debruçam sobre tais processos e sobre a

temática trabalhada na pesquisa e 3) sobre as estruturas que permeiam a vida em sociedade (MINAIO, 2010 *apud* MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 203-204).

3.5 Perfil das Entrevistadas

A seguir apresenta-se o perfil das entrevistadas da presente pesquisa. Como forma de resguardar a identidade das profissionais entrevistadas, assegurando seu anonimato, adotou-se os seguintes codinomes: Olga, Pagu, Frida e Marielle. Todas as profissionais se formaram em Universidades particulares (UNITAU E UNIVAP). Olga com 55 anos, formou-se no ano de 1989, atua há trinta anos como assistente social e trabalha na Prefeitura de Jacareí desde junho de 2013. Pagu tem 40 anos, e formou-se em 2002, trabalha como assistente social há dezesseis anos e está na prefeitura de Jacareí desde agosto de 2014. Frida com 35 anos, formou-se em 2005, trabalha há doze anos como assistente social e na prefeitura de Jacareí está desde o início de 2011. E por fim, Marielle com 43 anos, se formou no ano de 2002, trabalha há dezesseis anos como assistente social e está na prefeitura de Jacareí há onze anos. Vale ressaltar que entre as entrevistadas, somente Marielle trabalha com a carga horária de 30 horas semanais, as demais Olga, Pagu e Frida atualmente estão em cargos de supervisão e gerência, respectivamente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O antes e o depois da Política Nacional de Assistência Social: uma história de avanços e recuos

Para refletirmos a Política Nacional de Assistência Social, os avanços e as dificuldades apontadas pelas entrevistadas ao longo dessa pesquisa, é necessário analisarmos seu percurso. Temos como referência dessa trajetória a Constituição Federal de 1988, pois é por meio desta que a assistência social se institucionaliza como política. “A assistência social só adquiriu status de política pública a partir de 1988. E, somente em 1993 foi decretada e sancionada a Lei nº 8.742/93, denominada de LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social” (TORRES, 2002, p. 23). Porém, para que possamos refletir a construção dessa política, é necessário analisar o percurso das ações da assistência social até aqui.

A Assistência Social historicamente foi marcada por visões conservadoras, vinculadas à benesse e ao favor, não vista como política pública. O percurso histórico da Assistência Social remonta ao processo de moeda de troca (BRISOLA, 2003), assistencialismo, tutela e, sobretudo, pelo caráter de não-política e não-direito. Essa forma de ver a assistência se cristalizou na sociedade entre usuários, gestores públicos, esposas de gestores e profissionais, como também nas formas como foi estruturada e sua relação com o Serviço Social.

A entrevistada Olga relata um pouco desse processo: “*Me formei em 1989 e atuo desde então, naquela época em 1989 era muito a questão Legião Brasileira de Assistência Social (LBA)⁷, era ainda a época do Fundo Social de Solidariedade⁸, não tinha uma política, nem sonhava com política pública*”, ou seja, não havia para o conjunto da categoria dos assistentes sociais um debate amplo e consensual acerca da assistência social como política pública visto que a Assistência Social no Brasil até 1988 efetivou-se por meio de ações dispersas, descontínuas e fragmentadas realizadas por órgãos públicos e instituições privadas, compondo um universo multifacetado de práticas sociais (RAICHELIS, 1998), nas quais o usuário dos

⁷ Conforme Torres (2002, p.29) a primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira presidente dessa instituição foi Dona Dercy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas.

⁸ Criado em 1983 através da Lei Municipal 2.133, de 09 de junho de 1983, o Fundo Social de Solidariedade tem como competência a mobilização da comunidade para atender às necessidades e problemas sociais do Município, bem como prestar assistência aos necessitados na forma que dispuser o regulamento (http://jacarei.sp.leg.br/l_legislacao/leismun_1983/indiceLeis_1983.htm).

serviços sociais não se constituía em “sujeito de direitos”, mas beneficiário do favor e da benesse da filantropia.

Basta lembrar que a intervenção estatal surgiu nos anos de 1930, voltada apenas aos trabalhadores com vínculos formais, com claro viés meritocrático, inspirado no seguro social. Lembra-nos Yazbek (2018) que foi a partir de 1930 que se observa um conjunto de iniciativas tanto na criação de órgãos gestores de políticas públicas como na formulação de legislações trabalhistas no sentido de responder às demandas emergentes dos trabalhadores, que expressavam as forças sociais urbanas.

Neste mesmo cenário, ainda explica a autora, o insípido sistema protetivo brasileiro realiza-se de forma dual: de um lado, desenvolve-se fortemente na capacidade contributiva dos trabalhadores vinculados ao mercado formal; e de outro, a assistência que se destina aos pobres, trabalhadores do mercado informal.

em 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que era presidida pelas primeiras damas da República, de forma que tais damas seriam responsáveis pela assistência social da população não previdenciária, atuando para evitar calamidades por meio de ações pontuais e emergenciais (SANTANA; SILVA; SILVA, 2013 apud).

Para desenvolver suas funções a instituição buscou nas escolas de serviço social apoio para desenvolver o serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos na área social. Nesse contexto, destaca-se o surgimento do papel da primeira-dama no Brasil.

Conforme Torres (2002, p.39), “o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra” e a mulher do governante, passou então, a exercer uma atribuição estratégica. Nascendo o primeiro-damismo, a imagem da mulher, como aquela que atuaria junto à população, defensora das causas sociais.

A entrevistada Olga fala um pouco a respeito desse processo que vivenciou no início de sua atuação profissional

Eu lembro que as primeiras damas levavam os seus Assistentes Sociais para a reunião, então assim esposas de prefeito, e a gente era profissional delas, nossa a gente ia muito em reunião de primeira dama. Não tinha um trabalho sistematizado e nossa era o pobre, preto, era bem essa demanda mesmo, era aquele excluído pobre. E não existiam programas, existia vontade política e você trabalhava com vontade daquele grupo político, se tinha o desejo de fazer conjunto habitacional você trabalhava levantando aquela demanda daquele

projeto de governo. A gente trabalhava com projeto de governo (Grifos nossos).

As primeiras-damas com um modelo de política pautada no assistencialismo, buscaram legalizar a estrutura do poder local, administrado por seus maridos.

Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local se apropria do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos “femininos” de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de ações sociais (TORRES, 2002, p. 21).

Segundo Carvalho (2008), inicialmente as intervenções do Estado no âmbito da assistência social são concentradas no campo da moralidade, ainda não legitimada como política social pública, dessa maneira é possível observar que as ações sociais eram feitas de forma assistencialista e tinham cunho extremamente seletivo.

Torres ainda aponta que

não é preciso lentes de aumento para perceber que a questão da intervenção estatal no âmbito da proteção social, portanto não só no plano da assistência social, mas de todo o conjunto dos serviços sociais, tem assumido, historicamente, nesse Estado característica casuísticas, clientelistas, descontínua e fragmentárias por parte do poder público federal e estadual, em uma cumplicidade flagrante (TORRES, 2002, p.151).

Dessa maneira a LBA assume as ações de assistência social, mantendo-se nessa configuração até a década de 1980. Assim, o primeiro-damismo tornou-se característico na história da assistência social no Brasil.

Nos anos subsequentes pouco ou quase nada mudou em relação ao padrão de proteção social ofertado pelo Estado aos trabalhadores informais, sobretudo pelo fato de que essas ações eram efetivadas pelas organizações sociais de benemerência e filantropia.

Conforme Yazbek (2018) em decorrência do acirramento das contradições do capitalismo periférico, o golpe militar de 1964 e a instalação do Estado autoritário, a questão social passa a ser tratada por meio do binômio repressão/assistência, subordinados à ideologia da segurança nacional e das exigências do capitalismo monopolista.

Em meio a ditadura militar e por conta dela, a sociedade civil passa a desenvolver a retomada do processo organizativo com o apoio da Igreja Católica. Entretanto, concorda-se com

a análise de Vieira (2015) segundo a qual, na ditadura militar na área da assistência e previdência social, houve uma série de deliberações tentando comprometer os trabalhadores com os acréscimos atingidos pela economia brasileira. Contudo, conforme observa o autor, há nesse mesmo período, o aprofundamento da desigualdade social, expansão das favelas e privatização de serviços públicos.

Com a intenção de quebrar a hegemonia exercida sob a população vítima de exclusão social e da pobreza, nos anos 80, em um movimento de protesto por direitos, emergem novos atores sociais, até mesmo no campo da assistência social (DAMÁSIO, 2009).

Segundo Damásio (2009, p.30)

os movimentos sociais passaram a ter desempenho no processo de organização popular com forte relevância e esse processo aconteceu à medida que a população superava as saídas individuais e recorria a alternativas coletivas. Ou seja, a mobilização de diversos setores da sociedade civil ganhava expressões, configurando-se um contexto de intensos debates (2009, p.30)

Dessa maneira, os movimentos sociais tiveram como resposta a construção de um aparato legal e teórico, que foi incluído na Constituição Federal de 1988, no capítulo sobre a Seguridade Social.

Como já dito anteriormente, somente em 1988 a partir da Constituição Federal, é que a assistência social se institucionaliza como política pública. Assim,

Pode-se dizer que a Constituição de 1988 representa um marco histórico na luta pela redefinição da assistência social como dever de Estado e direito dos cidadãos brasileiros, e um passo à frente no âmbito da cidadania (TORRES, 2002, p. 132).

Com a legitimação da assistência social como direito social na Constituição de 88 (Art. 6º), instantaneamente, ao menos legalmente, a retirou do campo da caridade, da benesse, do assistencialismo, e a incluiu enquanto um direito, prestado pelo Estado e podendo ser exigido pela sociedade.

Essa ampliação na concepção de direitos sociais e de políticas públicas consumou as frentes de ação que qualificariam então o Sistema de Proteção Social brasileiro: Saúde, Previdência Social e Assistência Social, o qual é conhecido hoje como tripé da Seguridade Social, tornando-se uma política pública, quer dizer, direito do cidadão e dever do Estado. Assim, a assistência social, foi concebida como uma das três instituições políticas estruturais da Seguridade Social, superando, então, o conceito de assistencialismo, filantropia e benesse.

Segundo Oliveira,

Ao inserir a Assistência Social como política integrante do sistema de Seguridade Social, a Constituição Federal Brasileira de 1988 instaurou o princípio da cidadania como vetor dessa política e estabeleceu como parâmetro de sua organização a descentralização político-administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e controle de suas ações, em todos os níveis (OLIVEIRA, 2003, p.105).

Na Constituição Federal, os artigos 203 e 204 idealizam a Assistência Social enquanto política pública de responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão. Sendo endossado mais tarde no artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social no Brasil;

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas. (BRASIL, Lei nº 8.742, 1993).

Para normatizar os avanços alcançados através da Constituição Federal fez-se necessário a criação e aprovação das leis orgânicas⁹. Segundo Couto (2006), a Saúde foi a primeira área a conseguiu regulamentar sua lei, em 19 de setembro de 1990 (Lei nº 8.080), já a Previdência Social teve a sua regulamentada em julho de 1991 (Lei nº 8.212). A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social sofreu um atraso no desencadeamento do seu processo de discussão e elaboração de propostas, que só virá acontecer mais tarde através da intervenção das entidades e de profissionais de serviço social (MESTRINER, 2008 *apud* FERREIRA, 2013).

No entanto, nesse processo de redefinição da assistência social, em 1993 foi sancionada a LOAS transitando para um novo conceito. De acordo Giaqueto, a Lei Orgânica de Assistência Social

trata-se, mais do que um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos. A LOAS introduz uma nova forma de discutir a questão da Assistência Social, substituindo a visão centrada na caridade e no favor. É o instrumento que regulamenta os pressupostos

⁹ As leis orgânicas dos municípios são normas que regulam a vida política na cidade, sempre respeitando a Constituição Federal e a Constituição do Estado em que o município está inserido, sendo um importante instrumento para forçar o poder público a assumir obrigações de interesse local em favor da população (<https://www.politize.com.br/lei-organica-de-um-municipio/>).

constitucionais, ou seja, o conteúdo da Constituição Federal em seus artigos 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social (2010, p.02).

Conforme já abordado, em 1988 com a Constituição Federal e mais tarde, com a regulamentação da LOAS, a assistência social se institucionalizou como política pública direito do cidadão e dever do Estado, decorrente dos movimentos sociais e uma conquista para a sociedade.

Porém na prática, mesmo com a institucionalização da assistência social como política pública, ainda prevaleceu forte presença do assistencialismo como sinônimo da assistência social. Conforme a fala de nossa entrevistada Olga nos aponta que antes da PNAS

Nunca houve um momento ótimo, sempre foi precário. Eu penso que o avanço que houve foram das normativas, do avanço da política pública, esse foi um avanço maravilhoso, mas o trabalho sempre foi precário, sempre foi, nunca houve para o profissional um tempo de pódio, não houve.

Conforme Estevão (1985) naquele contexto além da assistência social não ser vista como direito, era confundida com o Serviço Social, no binômio moça e pobre, quer dizer, a assistência social se resumia em “aquela moça boazinha que o governo pagava para ter dó dos pobres” (1985, p. 07), enfatizado pela fala da entrevistada Frida “*eu lembro de uma assistente social das antigas quando eu era estagiária que ela falava assim: ponha uma coisa na sua cabeça nós somos as meninas boazinhas que o Estado paga para o pobre não dar trabalho*”, corroborando desse modo sua ação desvinculada do Estado.

A regulamentação da LOAS não significou o término do percurso da Política de Assistência Social, dado que a lei marcou um período muito importante para a Assistência Social no Brasil, trazendo uma nova realidade normatizada, expondo mudanças nas estruturas e nos conceitos apreendidos até então, uma realidade por tanto, com novas estratégias e práticas confirmando-se enquanto “possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e serviços de ampliação de seu protagonismo” (YAZBEK, 2004, p.13), assegurando-se como direito não contributivo e garantia de cidadania.

Diante do exposto viu-se a necessidade de estabelecer uma Política Nacional para a área da assistência social, visando efetivar as determinações compreendidas na CF 88 e na LOAS. Então, em 1997, foi aprovada a primeira Norma Operacional Básica e em 1998 a primeira PNAS, a qual apresentou-se de forma insuficiente (PNAS/2004 e NOB/SUAS). Somente

passadas duas décadas da aprovação da LOAS é que a Política Nacional de Assistência Social foi efetivamente aprovada (COUTO, YAZBEK e RAICHELIS, 2010).

Portanto, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS¹⁰ é a expressão material do artigo constitucional que garante o direito de Assistência Social a todos que dela necessitarem. Em consonância com art. 1º da LOAS, trata-se de uma “Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais e é realizada através de um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (Lei nº 8.842).

Dessa forma, procurando desfazer as antigas concepções da assistência social como ajuda oferecida pelo Estado, em 2004 foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que criou a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), a qual busca fortalecer processo de construção do SUAS. Em outubro desse mesmo ano, o MDS através da SNAS publicou a versão final da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145, sendo publicada no Diário Oficial da União em 28 de outubro de 2004 (PNAS/2004). Visando efetivar as determinações compreendidas na CF 88 e na LOAS, esta política vai introduzir mudanças tanto nas referências conceituais, como em sua estrutura organizacional. (BRASIL, 2004)

Aprovada em reunião do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a PNAS sugere a “supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica” (BRASIL, 2004), bem como a universalização dos direitos sociais, o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a programas e serviços de qualidade. Tendo como princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

¹⁰ Informações colhidas da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004, Normas Operacionais Básicas-NOB/SUAS.

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p.26).

Como já visto, confirma-se o caráter não contributivo da assistência social, passando as necessidades como o foco de atenção dessa política e não mais o necessitado. Passa a ser acessível a todos quem dela necessitar, porém é também sujeita à disponibilidade de recursos, que na contramão das vontades políticas e econômicas, são cada vez mais escassos para as políticas públicas.

Porém, o fortalecimento da assistência social como política pública e direito, até hoje requer o enfrentamento de importantes desafios, por exemplo a superação das falas da sociedade de caráter tradicional e conservador, que tendem a criar uma barreira entre a política pública de assistência social e a busca do direito pelo cidadão, conforme a fala da nossa entrevistada Frida nos aponta que

o maior desafio que hoje eu entendo é essa questão de entender que pobre é vagabundo, é uma cultura que está meio que embutida, e ela está ganhando um movimento maior, que adolescente é bandido. Então, esses extirpes que estão vindo para nossa demanda está prejudicando muito nosso trabalho. Porque a gente também acaba sendo profissionais que estamos sendo olhados de uma forma diferente, a gente está sendo resetado do que é nosso, lá em 1990 o que assistente social falava era lei, hoje colocam em xeque o nosso parecer. Então assim, eu acredito que essa onda que vem vindo, de rotular, de colocar a população LGBT todo mundo como promiscuo, de colocar a mulher feminista como aquele machão que queria ser homem que não raspa o pelo do sovaco, de colocar quem é militante de sindicato como bandido, de entender que a luta pela terra não é uma coisa adequada, de querer falar que índio tem que gerar riqueza, índio quer natureza, quer preservar a natureza, índio não querer gerar riqueza, deixa a jazigo de ouro lá quieta lá, é deles entendeu, não bota o índio para trabalhar não porque índio não é para trabalhar igual branco, não vem dizer que a gente tem o negro, uma dívida histórica e a gente não tem que ter cota reservada, porque a gente tem um dívida histórica com eles, eles não tem a mesa oportunidade, olha o meu quintal aqui da pop rua 80% é negro, olha lá para os meninos de medida socioeducativa quantos % é negro (Grifos nossos).

No contexto atual, as políticas públicas, de um lado estão sofrendo desmontes em seu financiamento e de outro, reeditam-se visões conservadores acerca de seus usuários e profissionais.

De acordo com o que foi dito, Pagu destaca

a gente ainda tem intrínseco na nossa profissão infelizmente, a gente tem ainda aquela visão do assistencialismo, aquela visão da ajuda, do jeitinho, do imediatismo, e a gente tem uma Política aí, que hoje a gente está repleto de documentos, de legislações, de livros, das publicações que nos orientam, de guias de orientação, que nos norteiam, que nos dão subsídios para esse trabalho. Mas, a gente ainda esbarra numa questão ética, que lá no código de ética que diz que só somos responsáveis pelo nosso conhecimento da nossa profissão, e a gente percebe ainda que tem colegas que diz já estudou o suficiente e que está bom assim, e isso precariza o nosso trabalho, faz com que a gente acabe perdendo alguns espaços, e isso a gente observa que perdemos alguns espaços, na saúde, até mesmo em empresas. Então, a gente tem que se munir, disso que a gente tem (Grifos nossos).

A entrevistada Pagu aponta que no âmbito da política de assistência social ocorre um processo de precarização, mas que este se deve aos próprios profissionais que não se aprofundam nas questões atinentes à política.

De fato, ocorre no contexto contemporâneo a precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em geral, e em particular dos trabalhadores que atuam no âmbito do Estado sob o efeito da contrarreforma. Os estudos de Raichelis (2010), Brisola e Silva (2014), Cavalcanti (2009) são pródigos em atestar tal situação. Contudo, estes mesmos estudos não culpabilizam os profissionais por essa precarização, mas a compreendem como fruto de um processo mais amplo que atinge a sociedade capitalista contemporânea de modo geral, destacando as particularidades históricas do Brasil. Assim, é importante a leitura de totalidade acerca dos processos em curso de forma que ainda que se tenha profissionais pouco comprometidos com a política, há um contexto regressivo que afeta a todos.

São verdadeiros desafios que se colocam para a continuidade da política de assistência social comprometida com seus usuários, tensionando a qualidade do atendimento ao público, quanto a agilidade deste, na busca de maior eficácia para que se possa atingir todas as pessoas em situação de risco pessoal ou social.

A entrevistada Pagu aponta os ganhos com a PNAS /SUAS:

a descentralização trouxe para gente um respiro, eu vejo como um respiro, a oportunidade de você conhecer o território onde você está inserido, de você estar mais próximo da população (Grifos nossos).

Visto isso, a constituição da PNAS foi de extrema importância, uma vez que ela reconhece que cada local apresenta uma realidade social diferenciada, tendo que tratar as pessoas de maneira igual, auxiliando para a real efetivação dos seus direitos.

A Política Nacional de Assistência Social, baseada no artigo 204 da Constituição, trouxe a importância da participação da sociedade civil, tanto na execução dos programas, bem como na participação, na formulação e no controle das ações em todos os níveis (PNAS/2004).

Ainda que a PNAS tenha significado um grande avanço para a Assistência Social no Brasil, evidencia-se contradições, na medida em que esta política não possui mecanismos para a superação das desigualdades sociais, assim como as demais políticas, as quais têm, nas sociedades capitalistas, caráter compensatório, visando evitar o conflito social.

A PNAS é norteada segundo as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socio territoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 26-27).

A PNAS viabiliza as diretrizes que vão firmar a assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, trazendo um modelo de gestão compartilhada, tendo suas atribuições e competências realizadas nas três esferas do governo (Municipal, Estadual e Federal). Ela atesta a necessidade de articulação com outras políticas e indica que as ações a serem realizadas devem ser feitas de forma integrada para o enfrentamento da questão social (COUTO, YAZBEK e RAICHELIS, 2010).

A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socio territoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:

- I- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
- II- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;

III- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p.27).

Conforme assegura COUTO, YAZBEK e RAICHELIS (2010) a intersetorialidade foi um dos pontos importantes trazidos com a PNAS, pois por meio da sua articulação com as demais políticas públicas visa-se o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao enfrentamento das desigualdades sociais existentes e identificadas em determinadas áreas, além de realizar a proteção social básica e especial dos usuários. Com a junção entre as políticas públicas em torno de objetivos comuns orienta-se a construção das redes municipais.

Dessa forma, para a PNAS os usuários passam a ser todos os cidadãos que se encontram em alguma situação de vulnerabilidade e/ou risco social, melhor dizendo:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.27).

Diante do exposto, observa-se expansão dos usuários da política de assistência social, compreendendo não mais somente aqueles tidos como as pessoas mais pobres, mas assistindo igualmente pessoas que estão desempregadas ou no mercado informal de trabalho, usuário de drogas, entre outros. A implantação da PNAS vai elucidá-la como política de proteção social aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. “O fato de compreendê-lo inserido em uma realidade social multidimensional, signatário de várias expressões da questão social, indica visibilidade política a essa parcela da população e ao seu direito de ser atendida” (BRASIL, 2009, p. 208).

A Proteção Social de Assistência Social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social para redução e preservação do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional. (NOB/SUAS, 2005, p.16).

De acordo com a PNAS, o sistema de proteção social divide-se em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de alta e média complexidade.

A Proteção Social Básica destina-se a famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivo prevenir situações de risco social através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento e socialização das famílias, buscando incluir pessoas com deficiência, e inseri-las nas ações ofertadas (PNAS, 2004). Não compreendem a proteção social básica os benefícios de prestação continuada e os benefícios eventuais.

Dentre os programas da proteção social básica destacam-se o Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que tem como função a proteção das famílias, promovendo o acesso aos direitos e fortalecendo os vínculos familiares (PNAS, 2004), e o Programa Bolsa Família (PBF)¹¹ que atualmente está entre um dos principais programas de transferência de renda do governo.

Segundo a PNAS (2004), a Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e/ou indivíduos que estão em situação de risco pessoal e/ou social, devido a situações de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Como visto, mesmo diante das dificuldades e alguns entraves, a PNAS trouxe novas perspectivas e avanços para a assistência social, também, ela colaborou consideravelmente para a construção e implementação do SUAS.

O SUAS é um sistema público não-contributivo, descentralizado que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL, 2005). Ou seja, é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo que regula e organiza os princípios contidos na PNAS. Ao menos legalmente falando, esse sistema aponta para uma quebra com o assistencialismo, com as ações fragmentadas e os interesses políticos.

Para a construção do SUAS, é apontado pela NOB as características necessárias:

¹¹ O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa federal, criado pela Lei nº 10.836/04, é um programa de transferência direta de renda às famílias em situação de pobreza ou de extrema, com a finalidade de promover seu acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo intergeracional da pobreza. O Programa é realizado por meio de auxílio financeiro vinculado ao cumprimento de compromissos (condicionalidades) na Saúde, Educação e Assistência Social (<http://www.sedes.df.gov.br/bolsa-familia/>).

1) a gestão compartilhada, o Co financiamento e a cooperação técnica entre os três entes federativos. 2) divisão de responsabilidades entre os entes federativos para instalar, regular, manter e expandir as ações de assistência social como dever de Estado e direito do cidadão. 3) fundamenta-se nos compromissos da PNAS/2004; 4) orienta-se pela unidade de propósitos, principalmente quanto ao alcance de direitos pelos usuários; 5) regula em todo o território nacional a hierarquia, os vínculos e as responsabilidades do sistema cidadão de serviços, benefícios, programas, projetos e ações de assistência social, de caráter permanente e eventual, sob critério universal e lógica de ação em rede hierarquizada (âmbitos municipal, estadual e federal). 6) respeita a diversidade das regiões. 7) reconhece as diferenças e desigualdades regionais, considerando-as no planejamento e execução das ações. 8) articula sua dinâmica às organizações e entidades de assistência social reconhecidas pelo SUAS (DAHMER PEREIRA, 2006, p.9-10).

Também, por meio do SUAS busca-se a concretização do sistema de vigilância sócio assistencial que segundo o MDS (2005) tem como objetivo:

a produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas:

I – Das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios;

II – Do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede Socioassistencial.

A adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços, vistos na perspectiva do território, deve ser um tema sob permanente análise da área de Vigilância. Essa visão de totalidade é fundamental para a definição de responsabilidade e para o planejamento das ações, integrando necessidades e ofertas (<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial>).

Ainda, esse sistema de vigilância sócio assistencial é responsável também por detectar as características das situações de vulnerabilidade que trazem algum risco ou dano para os cidadãos (NOB/SUAS, 2005). O SUAS traz ainda a rede socioassistencial como:

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (NOB/SUAS, 2005).

Este Sistema descentralizado e participativo, fez com que o Governo Federal revisse seu papel, bem como aumentasse a autonomia dos municípios para atuar na Política da Assistência

Social, possibilitando maior suporte aos municípios sempre que precisassem, pois “considera a dimensão territorial e fortalece as proposições da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS” (BEHRING e BOSCHETTI, 2010).

A fim de elucidar como o SUAS está organizado município de Jacareí- SP, apresentamos aqui os equipamentos existentes em consonância com às normativas: no âmbito da Proteção Social Básica, o município possui cinco CRAS, instalados nas regiões Centro, Leste, Norte, Oeste e Sul, sendo 3 deles alugados e dois próprios, o CRAS Norte inaugurado em 13 de fevereiro de 2015 e o CRAS Sul inaugurado em 10 de abril de 2017, o Centro de Convivência do Idoso “Viva a Vida”¹², Núcleo Socioeducativo Parque Meia Lua¹³, Centro da Juventude¹⁴, e o Cadastro Único¹⁵. Existe também no município as Organizações da Sociedade Civil – OSC’ s (serão listadas abaixo), as quais atuam em complementariedade ao órgão do município.

Quadro 2 – OSC’ s parceiras da Secretaria de Assistência Social de Jacareí, no âmbito da Proteção Básica que recebem recursos

ASPAD – Associação de Pais e Amigos do Down ¹⁶
Comunidade de Ação Fanuel ¹⁷

¹² Ressaltamos que este serviço está em processo de reordenamento desde janeiro/2017 para que este esteja adequado com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), trata-se de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas a partir de 60 anos, com abrangência municipal atendendo todas as regiões do município (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

¹³ Trata-se de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com capacidade para atender 80 crianças 06 a 12 anos da região norte, referência ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Norte (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

¹⁴ Visando atender a Resolução CNAS nº 109/2009, a Gestão Municipal inicia o processo de discussão sobre o serviço ofertado, e o processo de reordenamento por meio da resolução CNAS nº 01/2013. O serviço oferta atividades socioeducativas, culturais e esportivas realizadas em grupos organizados a partir de percursos que visam garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida. Tendo em vista o reordenamento já se iniciaram as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no equipamento, o qual está referenciado ao CRAS Oeste (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

¹⁵ É responsável em administrar e manter atualizado o cadastro municipal de beneficiários dos Programas de Transferência de Renda estadual e federal. Esse serviço é responsável pela gestão do *Cadastro Único* do governo federal tendo como atribuição acompanhar a evolução da situação cadastral das famílias beneficiárias por meio do banco de dados municipal, estadual e federal; e, capacitar os profissionais para execução do cadastro único (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

¹⁶ Associação de Pais e Amigos que trabalha em parceria com o Poder Público de Jacareí. A ASPAD é destinada a pessoas com Síndrome de Down, atende cerca de 65 assistidos, crianças, adolescentes e adultos sem idade pré-estabelecida para desligamento. Atendem em dois setores, o clínico e o centro de convivência (<http://novaaspad.blogspot.com/>).

¹⁷ A Comunidade Fanuel é um centro de atendimento que encaminha os dependentes e suas famílias para tratamento (http://jacarei.sp.leg.br/noticiashora/alex_comemora_13anos_fanuel_materia_01042011.htm).

CEPAC – Associação “Criança Especial” de Pais Companheiros ¹⁸
JAM – Jacareí Ampara Menores ¹⁹

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí

Quadro 3 – OSCs com Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social

ONG Guri na Roça ²⁰
ONG Espaço Mulher ²¹
Associação Fênix ²²

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí

E, por fim, no campo da Proteção Social Especial o município conta com duas unidades do CREAS, sendo o primeiro instalado na região central responsável por atender as regiões Centro, Leste, Norte e Sul e o segundo instalado e responsável pela região Oeste, Centro POP²³,

¹⁸ É uma associação da sociedade civil, sem fins lucrativos, que atende pessoas com deficiência neurológica. Tem como finalidade promover ações socioassistenciais, educacional e clínica, voltadas às pessoas com deficiência neurológica (física, intelectual, auditiva, visual, deficiências múltiplas, síndromes e transtorno do espectro do autismo) e suas respectivas famílias (<https://cepaconline.org.br/quem-somos/>).

¹⁹ Tem como missão atender à pessoa com deficiência intelectual, múltipla, autista e ao adolescente visando a sua inclusão social e desenvolvimento pessoal e profissional. desenvolve um trabalho, inteiramente gratuito, visando à inclusão social de adolescentes de ambos os sexos no Programa de Atendimento ao Adolescente e pessoas com deficiência intelectual no Programa de Atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual (<http://www.jam.org.br/>).

²⁰ A ONG visa contribuir para uma efetiva socialização de crianças e adolescentes, mostrando a eles alternativas de trabalho e fontes de renda, através dos diversos projetos realizados na instituição que buscam uma constante formação e atendimento também às famílias. As crianças e adolescentes atendidos estudam em escolas públicas do município, participam do projeto no contra turno escolar. As famílias caracterizam-se por pessoas de baixa renda, sem formação adequada que garanta a elas um lugar no mercado de trabalho (http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/humanas/epg/EPG00221_02C.pdf).

²¹ A entidade, pretende contribuir com a proteção social as mulheres e suas famílias, que tiveram seus direitos violados por ocorrência de violência doméstica, sob as diversas formas, desde maus tratos, abandono, discriminação social e restrições a plena autonomia do exercício da sua capacidade (<https://espacomulherong.wixsite.com/ongespacomulher/a-ong>).

²² A Associação faz um trabalho social com crianças e famílias de comunidades socialmente vulneráveis na cidade de Jacareí, onde são ministradas oficinas dos mais variados tipos, onde há também atividades com os pais (<https://www.associacaofenix.org.br/>).

²³ Destina-se a pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia ou sobrevivência assegurando o acompanhamento especializado dessa população através de atendimento técnico especializado, onde realizam análise da demanda dos usuários, contando ainda com trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa dos direitos (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

serviço de Abordagem Social²⁴, Casa de Passagem²⁵, e os abrigos que são terceirizados, os quais são listados abaixo.

Quadro 4 – OSC’s parceiras da Secretaria de Assistência Social de Jacareí, no âmbito da Proteção Especial que recebem recursos

Lar Frederico Ozanam ²⁶
Associação Humanitária Amor e Caridade ²⁷
Lar Fraternal da Acácia ²⁸
Mantenedora Vicente Decária ²⁹

Fonte: Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí

Mesmo que muito relevante para a Assistência Social no país, a concretização, do SUAS de maneira geral, vem sofrendo com mudanças operadas seja na direção política, com a implementação de programas alheios ao Sistema a exemplo do Programa Criança Feliz³⁰ o qual teve adesão de muitos municípios. Além dessas mudanças, tem-se atrasos no repasse de

²⁴ O Serviço é ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, de exploração sexual de crianças e adolescentes, de situação de rua, dentre outras (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

²⁵ Este serviço acolhe e garante a proteção integral dos indivíduos em situação de rua, contribuindo para prevenção do agravamento de situações de negligências, violências, rupturas de vínculos, ofertando acolhimento provisório para demanda em questão (Plano Municipal de Assistência Social 2018-2021, Jacareí).

²⁶ O Lar Frederico Ozanam, de Jacareí, é uma organização sociedade cível filantrópica que atende pessoas com mais de 60 anos de idade, em situação de vulnerabilidade social (<http://fundacaojcr.org.br/lares/lar-frederico-ozanam/>).

²⁷ Projeto abrigo de longa permanência para idosos (<http://www.associacaohumanitaria.org.br/ahac3/index.php/nosso-trabalho>).

²⁸ É uma instituição filantrópica que oferece atendimento de longa permanência para idosos do município (<http://fundacaojcr.org.br/lares/lar-fraternal-da-acacia/>).

²⁹ **Unidades de Acolhimento Infante Juvenil, preparadas para receber crianças e adolescentes, que foram recolhidas através de medidas protetivas por alguma determinação judicial** (<https://unidadeacolhimento.club/unidade-de-acolhimento-em-jacarei-sp/>).

³⁰ O Programa Criança Feliz (PCF) segundo Sposati (2017, p. 533) “parece desconhecer o Sistema de Garantias de Direitos e se apresenta como um programa periférico, gerando expectativas de direitos sem segurança jurídica e metodológica para aprofundá-los. Seu conteúdo traz enunciados de política pública sem explicitar os procedimentos concretos de seu desenvolvimento, principalmente num pretensão diálogo intersectorial com as demais políticas públicas”. A autora explica que o PCF “dissona dos fundamentos legais que orientam as políticas públicas que buscam atender às famílias e seus membros, foca a figura da mulher/mãe como cuidadora privilegiada da criança, e não menciona o instituto da paternidade responsável. Assim, viola a igualdade e ignora o conceito de família extensa, bem como as dinâmicas daquelas crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade. O PCF, ao ser abrigado na gestão do Suas, deixa de observar o conceito de núcleo familiar que aplica, direcionado para a proteção social distributiva” (p. 34).

recursos para atividades no CRAS, cortes no Programa Bolsa Família e congelamento de recursos no âmbito federal.

4.2 A percepção dos assistentes sociais quanto aos limites e possibilidades no SUAS

É evidente que as mudanças contemporâneas vêm afetando o mundo do trabalho, expondo os trabalhadores em geral, e em particular os assistentes sociais aos embaraços da alienação. Vincula-se a essa conjuntura as desregulamentações de direitos e desresponsabilização do Estado pelas políticas sociais, fatos que estimularam novas demandas, dilemas e possibilidades ao trabalho do assistente social. Transformações que revelaram desafios à atuação profissional do assistente social, servidores públicos do município de Jacareí. A flexibilização que o capital vem instituindo nas relações de trabalho atingem não somente os padrões de produção postos, assim como também os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

As novas configurações do trabalho, com propósito à recuperação do ciclo de reprodução do capital, vêm afetando drasticamente as suas formas de realização no interior da esfera produtiva e de serviços, com a precarização estrutural do trabalho, aumento do desemprego, rebaixamento dos salários e precarização dos vínculos de emprego – que se dão através de contratações temporárias e terceirizadas, comprometendo diretamente os direitos trabalhistas e/ou previdenciários (ANTUNES, 2004).

Para exemplificar a fala do autor citado acima e trazendo para a realidade vivenciada no cotidiano profissional das profissionais entrevistadas, Frida nos traz uma visão da conjuntura atual do município no âmbito do desemprego e de que maneira isso está rebatendo em seu campo de atuação profissional.

(...) o sistema que massacra, o sistema que excluiu, o sistema que não tem hospital para todo mundo, que não tem consulta para todo mundo, que não tem emprego para todo mundo, que tem os pais de família que não estão mais conseguindo dar conta dessa família, a mulher saindo indo para o mercado de trabalho trazendo sustento sendo cada vez mais exploradas, porque q a mão de obra da mulher é mais fácil, ela trabalha com faxina com lavagem de roupa na lanchonete, na cozinha. Então acabou o mercado se adequando um pouco mais para o gênero, porque em 1970 o homem era para trabalhar na fábrica, hoje a gente não tem emprego para esse homem de fábrica. Hoje a gente tem pouca oferta de trabalho e a impressão que eu tenho é que quando um homem vai concorrer a um vaga em uma fábrica, da impressão que é uma vaga da NASA porque ele tem que ter inglês fluente, tem que ter um curso superior, um mestrado, um

*doutorado, outra faculdade para concorrer a uma vaga de chão de fábrica, para que que está se exigindo tudo isso? eu já cheguei a ver porteiro que estava exigindo nível superior, para um salário de 1200 reais porque hoje a gente tem um exército de reserva grande de nível superior que não está conseguindo se colocar no mercado de trabalho, porque o mercado não está se expandindo e da forma que está se expandindo é a questão da mão invisível, oferta e procura, se eu tenho um grande contingente o salário vai para baixo, então a gente se insere nisso também, e trabalhando com essa demanda que eu trabalho hoje, com pop rua a gente vê isso mais claro, porque **essas pessoas não são, nem a classe que sobrevivem do trabalho, elas são sobrantes da sociedade, porque não sobra nada de trabalho para eles.** E onde que eles vão se inserir, no serviço que sobrevive da rua, eles vão olhar carro, vão ser chapa, eles vão fazer carga e descarga, e **ai são meios de sobrevida, de sobrevivência que eles não conseguem manter os mínimos sociais (...)** Então, trabalhar pop rua hoje é ver bater no serviço, pessoas que estão sendo despejadas, idosos que tão fazendo empréstimo, mulheres vítima de violência, homens que foram afastados do lar por conta de solicitação impositiva, então assim **a gente tem que tomar cuidado muitas vezes para não gerir a vida do pobre, porque cada um tem a sua autonomia, então a gente tem que fazer esse olhar para o mundo do trabalho, para o nosso cotidiano profissional e saber que nós somos cobrados (Grifos nossos).***

Diante o exposto, em vista do desemprego trazido por essas transformações no mundo do trabalho, a estimulação de novas demandas e em meio a conjuntura atual as entrevistadas relatam que,

No CRAS também aparecem pessoas que tem recursos, que não eram, nunca foram usuários da assistência (Olga).

A gente observa que gente que nunca bateu na porta do CRAS, agora está batendo porque não sabe para onde ir e o que fazer, isso reflete diretamente no nosso serviço e diretamente na nossa atuação como assistente social também (Pagu).

(...) o que acontece municípios pequenos não se mantem né, então enxuga-se as políticas públicas, aumenta o desemprego aumenta pessoas precisando do estado, e o estado enxugando e dizendo que o responsável é a sociedade né, a sociedade também tem que dar conta dos pobres (Frida).

Dessa forma, buscamos mostrar como a gestão do trabalho na política de Assistência Social vem sofrendo as repercussões das demandas postas pelo modo de produção capitalista, assim como das novas configurações do trabalho e da gestão do nosso atual governo.

Visto isso, sabendo que historicamente a questão orçamentária no âmbito da Assistência sempre foi problemática, e mesmo para o município de Jacareí que destina 3,8% do orçamento para a assistência as demandas aumentam em razão da conjuntura de desemprego e a desigualdade social persistente e estrutural, logo os recursos tornam-se insuficientes. Olga nos relata que

Aqui em Jacareí hoje coloca como 3,8% do orçamento, eu não sei se coloca salário nesse bojo, eu acho que não, eu não tenho certeza, mas eu acho que não se não daria mais, mas de qualquer forma, o que que é 3,8 % do orçamento? Por isso que é precário e mesmo que 5% será precário, porque você não tem trabalho (desemprego). Então, a demanda inicial é sempre por conta de alimento que acaba que é o que fica mais a vista, aí “eu preciso de cesta básica ou eu preciso de vale transporte”, é uma coisa que acaba que fica mais a frente, as pessoas vão descobrir que tem serviço de convivência, que tem grupo de reflexão que tem protagonismo, que aqui a gente tem outras ofertas depois mas aquilo que salta aos olhos é porque não tem emprego aí fora, e a gente não vai dar conta mesmo, é precário porque 5% nunca vai ser o suficiente (Grifos nossos).

As transformações sociais, no contexto do capitalismo tardio, afetam fortemente as profissões. Percebe-se, assim, um processo de flexibilização das relações de trabalho, com repercussão na precarização dos vínculos contratuais; nas condições inadequadas de trabalho; na redução de quadro do RH; nos baixos salários etc. Estas não são expressões características da Assistência Social, porém são características da forma de gestão com uma visão capitalista na atualidade, que afetam diretamente as políticas públicas, corroborando com isso, Pagu relata que:

Falando do governo federal, tem um grande tendência e uma grande precarização já das políticas públicas, sociais e do trabalho, e isso reflete diretamente o tempo todo na atuação do Assistente Social, primeiro que verba federal não chega, não está chegando para nenhum município, nós estamos trabalhando porque graças a Deus, com tudo o governo municipal ainda tem um visão para Assistência, porque se não tivesse a gente estaria como muitos municípios que CRAS está fechando porta, não está conseguindo trabalhar, e aí está tendo que juntar todo mundo num lugar só, a gente ainda está conseguindo trabalhar com a questão dos conselhos direitos, que eles estão aí ainda funcionando, tem cidades que com essa precarização do governo federal, tem cidades que estão acabado com os conselhos, mas assim o nosso conselho está conseguindo, de certa forma, tocar a função do conselho, tudo o que é da assistência passa pelo conselho (Grifos nossos).

Marielle também relata que

Falando assim de um modo geral, considero positiva as mudanças, mas entendo que a gestão precisa motivar seus servidores com salários dignos, vale-refeição com valor justo, etc., além de adequação dos equipamentos de acordo com as normas da ABNT e também o respeito a guarda dos arquivos dos usuários dos serviços conforme prevê o código de ética das profissões. Na minha visão e concepção compreendo que o governo federal tem alterado leis, decretos a todo momento, o que afeta diretamente os direitos conquistados, tornando a política de assistência social muito frágil, e até mesmo instável, contudo todos os servidores, usuários e trabalhadores do SUAS, precisam ocupar espaços de deliberações CMAS, CMDCA, SINDICATOS, etc. O repasse de recursos financeiros na área da assistência social é insuficiente e o governo atual conseguiu tornar a situação ainda pior, justificada pelo baixo crescimento da economia, atrasando os recursos por mais de ano, ficando alguns municípios descobertos e não dando continuidade aos trabalhos continuados, prejudicando toda a população que necessita, limitando dessa forma a atuação profissional (Grifos nossos).

Diante das falas das profissionais entrevistadas, trabalhadoras do SUAS do município de Jacareí podemos observar que vivenciamos de modo geral, um processo intenso de precarização do trabalho e de conservadorismo no que tange às direções dadas às políticas sociais no governo federal que afetam intensamente a política de assistência social como a nossa profissão. Segundo relato da entrevistada Pagu:

(...) se a gente não tiver a consciência que a gente é uma política de assistência social, que a gente está aqui para trabalhar com a questão do direito a gente vai voltar para época do plantão social, que a pessoa vai chegar lá e você vai atender, e você vai voltar a trabalhar com os mínimos sociais de novo, aí você vai voltar Mary Richmond, daí não dá, Deus que me perdoe, mas a gente tem que tomar cuidado para não voltar nesse ciclo, mas é algo que tem municípios de grande porte como Jacareí que já estão trabalhando no sistema de plantão social, município próximo aqui. Então, a gente tem que tomar muito cuidado, e essa precarização ela está ligada a essa questão social que a gente está vivendo, ela está ligada na questão socioeconômica, ela está ligada nessa questão cultural que a gente vive no país, ela está ligada a tudo isso e a gente tem que o nosso material de trabalho é o nosso conhecimento, nossa cabeça. Então, a gente tem que estar preparado para não ser engolido por isso, porque se a gente lá, eu digo quem está lá na ponta no atendimento todos os dias, não é fácil, atender essa população, a gente vê aqui, o setor fica aqui dentro da Central de Cadastro a gente vê a fila imensa que forma aqui. Então, a gente vê essa mudança, essa precarização que está acontecendo, e isso está muito forte com essa mudança do governo federal, a gente percebe

que essa precarização está mais complicada, no sentido que assistência você não ouve, você hoje se você quer uma informação a gente entrando no site do MDS, você só vê aquele Osmar Terra do nada para lugar nenhum, aí vem o programa Criança Feliz que vem da outra gestão, mas que quer descer por goela baixo, e que se a gente não tem a capacidade técnica, teórica para poder falar “olha isso aqui não é nosso”, a gente fica rendido, porque a gente acaba absorvendo questões que não são da Assistência, senão a gente vai voltar a dar o óculos, fralda, cadeira de rodas, e a gente vem num processo histórico de avanços e esse retrocesso a gente tem que tomar muito cuidado (Pagu, grifos nossos).

A profissional Pagu expressa sua preocupação com o retorno de formas pretéritas na quais a assistência social absorvia demandas de outras políticas setoriais como a saúde, por exemplo, e, também, a volta do atendimento individualizado dos usuários, sem considerá-los cidadãos de direito. Ela aponta que mesmo em Jacareí município com muitas conquistas no âmbito do SUAS, há sinais do conservadorismo presente na política e na profissão.

Frida ainda nos traz que

Depois que virou a gestão (2016) a gente teve uma mudança total de paradigma, a gente teve um 360° na questão de pensamento da Política, a gente saiu daquela coisa pronta que veio da implantação do projeto de 2004, o SUAS montado, o SUAS estabilizado, os serviços de equipamento formatados dentro do município de acordo com a normativa, serviços tipificados, a gente teve uma melhora nesses serviços, um aumento de RH, melhor estrutura para esses serviços, mas a gente acabou fugindo um pouquinho daquela questão que a gente vem de um trabalho de SUAS, da questão de garantia direito, a gente puxou um pouquinho para o lado da ajuda, mas aí de novo entra a questão de gestor dos equipamentos, gestor de base, o gestor tem que estar firme no posicionamento dele, questões políticas de Secretário e questão de base nossa (Grifos nossos).

Essa fala corrobora com o fato de que houve avanços no SUAS, porém a partir de uma nova gestão houve desvirtuamento daquela perspectiva do direito caindo para a perspectiva da ajuda, e que segundo a opinião da Frida essa defesa tem que partir dos profissionais:

Então, a gente vê que a evolução do município de 2011 para cá ela teve uma ascensão ela foi feita de uma forma adequada, mas a gente também não pode esquecer que quem dá essa cadência é o servidor público concursado porque independente do governo que passar, somos nós que vamos estar aqui e somos nós que vamos continuar aqui. Então a gente tem que trazer essa formatação e as vezes fazer algumas frentes para não dismantelar os serviços, porque se não a

gente volta para questão da caridade, ainda mais trabalhando com pop rua, as vezes é cobrado da gente um voluntariado. Às vezes é cobrado da gente porque nós não abrimos a porta para igreja vem aqui dentro para, as vezes a gente desconversa sabe, a gente ouve e sabe aquela questão de você fazer-se de desentendida que essas pessoas são sujeitos de direitos, são pessoas que tem valores, são pessoas que tem histórias, quebrar paradigmas de preconceito dentro do próprio serviço para chegar no seu objetivo, porque quem sabe e quem trabalha somos nós que estamos aqui na base, que estamos aqui dentro dos equipamentos (Grifos nossos).

A profissional Frida aponta que está ocorrendo uma pressão da gestão para mudar os valores do SUAS, a autonomia, a emancipação, o direito, caindo em uma perspectiva mais conservadora mesmo, voltando para uma tendência que a gente supunha já ter superado.

Diante do exposto, Pagu verbaliza que “*para gente não cair nesse retrocesso tem que se apropriar da assistência, infelizmente eu percebo muito profissional que não se apropria da assistência social*”.

Sendo assim, além dos retrocessos nas formas de pensar e ver a política de assistência social, observamos também retrocessos no âmbito profissional do Serviço Social, retrocessos que podem ser explicados pela falta de estudos e consciência acerca do processo de precarização, precarização na formação profissional que muitas vezes se dá de forma aligeirada e a volta do enraizamento de pensamentos conservadores na profissão, também o fato de o profissional perder seu espaço para outras profissões.

Você vê lá chamando uma professora de história para falar sobre o ECA, dentro do CRAS, mas não precisava chamar uma professora de história para falar do ECA dentro do CRAS, sabe eu vejo muita dificuldade de entendimento de certas coisas, uma coisa besta, acompanhamento familiar, o que é acompanhamento familiar? Você passa em vários setores, cada um entende de um jeito, dentro de um mesmo setor cada um entende de um jeito (Pagu, grifos nossos).

Corroborando com essa questão em específico no município, Raichelis (2010) nos aponta que a terceirização dos serviços públicos, no âmbito do Serviço Social, vem se expressando pela subcontratação de serviços individuais, por parte de órgãos privados de prestação de serviços públicos ou de assessoria técnica, “na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais” (RAICHELIS, 2010, 759).

Esses processos de contratação fazem parte do *modus operandi da gestão gerencial do Estado* no escopo da contrarreforma e da implementação da agenda ultraneoliberal adotada pelos governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-). A propósito, Santos (2019) explica que no governo atual

A agenda ultraneoliberal “mostrou sua cara”, primeiramente anunciando algumas das medidas que configuram o projeto do “Brasil, paraíso do agronegócio e da exploração de minérios”, às custas da desregulamentação e do desmonte de mecanismos de proteção e demarcação de terras indígenas e quilombolas, por exemplo (SANTOS, 2019, p. 490).

Ao analisar, de maneira crítica, acerca dos desafios que cercam o exercício profissional do assistente social trabalhador do SUAS em Jacareí frente ao movimento histórico da nossa sociedade, é necessário considerar a maneira como o Serviço Social se insere na sociedade capitalista atual, enquanto fruto das relações antagônicas entre capital e trabalho, vinculado ao sistema de produção e reprodução das relações sociais. Quando não se reconhecem as relações sociais por meio das quais se realiza o trabalho do assistente social, corre-se o risco de reduzir o projeto profissional ao discurso da vontade política do profissional (IAMAMOTO, 2007).

O Assistente Social tem que entender a história, o profissional que não consegue fazer uma análise de conjuntura e entender que momento ele está, que momento político, que momento do Brasil, em que momento de mundo a gente está, ele é engolido o tempo todo, primeiro coisa você tem que entender como que está a economia do seu país, como que está o pensamento do governo, porque eu penso assim, o país que não cuida dos seus pobres, não é um país desenvolvido, jamais vai ser um país desenvolvido porque a transferência de renda, as questões das políticas públicas elas vem de impostos, então os serviços públicos para o nosso recorte, que é o recorte da assistência social, ele tem que ser muito bem formatado e não é a política de assistência, uma política de emprego e renda, política de habitação, de saúde, de esporte, de lazer e de cultura. Então, tem que primeiro fazer análise de conjuntura (...) (Frida, grifos nossos).

Considerando-se que essa análise de conjuntura seja apreendida na formação acadêmica, e muitos outros aspectos da atuação profissional também, na visão de Olga essa seja o início da precarização na profissão pois,

(...) a gente (Assistente Social) tem que se apropriar, houve muito avanço e os profissionais precisam se ater a esse avanço, as faculdades ainda estão muito distantes da política de assistência social, aí saem

profissionais que não sabem nada, prestam concurso e chegam profissionais totalmente sem nenhuma informação. Porque os estatutos, as normativas, a NOB, PNAS tem que estar na ponta da língua, e não está, então ai começa a precarização porque já deu tempo das faculdades atualizarem seus currículos, suas emendas, poxa já deu tempo, a política é de 2004 já podia, estamos em 2019 já dava para as ementas minimamente já ter a NOB, nossa nem sei quantos documentos, tem muita coisa, lei maria da penha, eca, estatuto do idoso, coisas que passam muito por cima, parece que não dão muita importância (Grifos nossos).

Ainda no âmbito da formação acadêmica Pagu nos relata,

O que eu vejo também de precarização, eu trabalhei com o EAD posso falar com categoria, o problema não é só a faculdade ser EAD, porque assim eu conheço pessoas que estudaram na faculdade semipresencial e são excelentes profissionais, e pessoas que se formaram em curso presencial que são péssimos profissionais, o que pega é essa questão de você entender a assistência, hoje a gente tem uma questão, o estado ele é laico, e as pessoas esquecem que ele é laico, se tem uma questão religiosa intrínseca muito grande ainda na profissão

Em vista disso, temos o aligeiramento da formação a avalanche do ensino a distância e nesse mesmo processo da formação acadêmica a gente tem muito a questão do perfil dos alunos, que muitas vezes são alunos que são vinculados a religião, a igrejas que vem para o Serviço Social e isso acaba repercutindo diretamente na atuação profissional.

Sem a compreensão da realidade social, o profissional tende a perder a perspectiva da história, ficando aquém das possibilidades que a realidade enseja ou numa utopia romântica de idealização das possibilidades, para muito além do que seu mandato institucional lhe permite (IAMAMOTO, 2007). Ainda a luz do pensamento da autora, quando não se reconhecem as relações sociais por meio das quais se realiza o trabalho do assistente social, corre-se o risco de reduzir o projeto profissional ao discurso da vontade política do profissional (IAMAMOTO, 2007).

Segundo Raichelis (2010) com a instituição do SUAS, constatou-se um aumento significativo, por todo o território nacional, de contratação de diversos profissionais, dentre eles, os assistentes sociais. A NOB RH/Suas prevê a formação de equipes de referência, que devem ser constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e Especial. Ainda que o município de Jacareí esteja de acordo com a equipe mínima prevista na NOB RH, é visto que a

quantidade de funcionários diante a tamanha demanda se torne insuficiente, se tornando esse também um dos pontos de precarização do trabalho, assim como nos aponta Olga

sempre foi precário, agora é precário, nossa nós temos um CRAS em uma determinada região da cidade para 13000 habitantes, 5000 famílias referenciadas, para um acompanhamento de 1000 famílias ano, isso é o que diz o Plano Municipal, nós temos 4 Assistentes Sociais, 1 psicólogo e 2 agentes, para 1000 famílias/ano para acompanhamento, não estou falando de grupo, só acompanhamento, 4 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo e 2 agentes, isso é precário. E o povo açoita a gente, da gente que não faz o serviço direito.

No âmbito do Suas, evidencia-se uma ampliação de novas possibilidades de atuação para o assistente social, demandando desenvolvimento de novas habilidades e competências para a gestão pública, como: assessoria, planejamento, avaliação e monitoramento, entre outras. Essas novas exigências institucionais vêm desafiando o assistente social a avançar na perspectiva da competência crítica – de saber articular, no cotidiano de trabalho, as dimensões teóricas, técnicas, éticas e políticas.

Nesse contexto de fragilização do SUAS com o congelamento de recursos, implementação do modelo gerencial, o desafio fundamental é a luta pela continuidade do SUAS, tanto no que se refere aos direitos socioassistenciais de seus usuários, quanto do ponto de vista dos assistentes sociais cujo projeto profissional se afina com a defesa das políticas públicas e direitos de cidadania.

Nessa direção, é necessário engajamento ético-político dos profissionais que na “aliança com usuários, organizações populares e movimentos sociais, podem, pela natureza da autonomia construída em condições e relações objetivas, fortalecer processos de resistência em defesa do Suas, no contexto atual de fragilização de suas bases”. (SILVEIRA, 2017, p. 498).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história, a Assistência Social foi ganhando novas características até que em 1988 com a Constituição Federal ela passa a ser um direito, não mais vista como benesse e filantropia. Esse decurso trouxe importantes transformações para o campo social em nosso país, pois a partir de então foram se desenvolvendo formas para afirmar a assistência social como um direito, criando a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social além de um conjunto de normativas que trouxeram progressos para a área

Tanto a PNAS como o SUAS trazem aspectos importantes para a Assistência Social como a uniformização do atendimento em todo o território nacional, a perspectiva socio-territorial, dentre outras. Porém, mesmo diante de tantos avanços muito precisa ser realizado, pois ainda há uma má gestão dos equipamentos da assistência social, não há controle social efetivo e os objetivos dessa Política não incidem de forma efetiva, na contradição entre as classes sociais. Resiste também que a desigualdade social é consequência do capitalismo e, nesse sentido, não há interesse extinguir a desigualdade social, porque esta é funcional a reprodução capitalista, uma vez que para isso precisaria acabar, a partir de um processo revolucionário, com a sociedade burguesa e a emergência de uma nova sociabilidade. As propostas da PNAS e do SUAS ainda que ocupem um lugar importante sobretudo para vida dos usuários da política, não garantem a supressão da pobreza e da desigualdade social.

No contexto contemporâneo de crise do capital e contrarreforma do Estado com a implementação da agenda ultraneoliberal, o SUAS e os trabalhadores do sistema encontram-se ameaçados seja pelo congelamento de recursos, seja pelo modelo de gestão gerencial adotado.

Contudo, no decorrer dessa pesquisa alguns achados são significativos pois evidenciam o quanto ainda há de equívocos entre a política de Assistência Social e o Serviço Social, há ausência de leituras acerca da conjuntura contemporânea, culpabilização dos profissionais, visões conservadoras.

De fato, em tempo de confusão das ideias como diria Milton Santos, a crítica da razão se torna ainda mais oportuna, bem como o engajamento consciente dos profissionais, inclusive das contradições que existem na própria política, com alianças com usuários, movimentos sociais e partidos políticos que comungam das mesmas ideias e projetos societários.

Com os rebatimentos da contrarreforma do Estado, as condições sociais que permitem a realização do trabalho do assistente social tendem a ser desreguladas e flexibilizadas, com precárias condições e relações de trabalho. É nesse terreno denso de tensões e contradições que

se insere o assistente social, na condição de trabalhador assalariado, sujeito à adequação das exigências alheias e ao trabalho alienado. O desafio de alargamento da relativa autonomia na condução do exercício profissional tem sido o primeiro passo que condiciona a possibilidade de realização dos resultados projetados e de materialização do projeto profissional em diferentes espaços ocupacionais (IAMAMOTO, 2007).

Como dito pelas assistentes sociais entrevistadas, devido a sua relativa autonomia dependem das instituições para realizar seu exercício profissional, precisando agregar em seu trabalho as demandas da instituição. Em vista disso é pontuado pelas entrevistadas a necessidade de ser um profissional dinâmico, que busque no seu projeto ético político inspiração para realização de seu exercício profissional, onde pregue a luta pela equidade e justiça social e por mudanças na ordem societária. Além de buscar estratégias que sejam capazes de possibilitar a conquista do apoio institucional na construção de ações que viabilizem a garantia de direitos dos usuários.

Também mencionam sobre as precárias condições de trabalho, conforme sinalizado na hipótese desta pesquisa, estas condições inflexionam as possibilidades de materialização da profissão uma vez que impõem uma posição de submissão do profissional no espaço de atuação profissional, com o comprometimento da qualidade dos serviços e da sua relativa autonomia.

Essa pesquisa nos permite entender como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas peculiaridades da profissão e se expressam nas requisições e competências profissionais. Vários limites apontados pelas entrevistadas reforçam a preocupação com as novas formas de organização e gestão do trabalho, necessárias para a execução da política de Assistência Social. Além disso, também os meios e instrumentos necessários ao exercício profissional, com a ampliação do número de trabalhadores, junto ao processos continuados de capacitação, plano de carreira, salários, entre outros.

Dessa forma, conseguimos entender que os limites para a atuação profissional dos assistentes sociais são muitos e as possibilidades são reduzidas, sendo assim é necessário que esses profissionais estejam sempre se capacitando, participando de movimentos da categoria, pesquisando a realidade, buscando aprofundamento teórico, para que assim possam dar respostas efetivas e concretas às demandas que lhes são apresentadas no seu dia a dia. Muitas vezes é difícil para o assistente social entender como se dá seu exercício profissional diante dessa realidade, que as demandas dos usuários vêm se diversificando e aumentando cada vez mais, porém, é preciso respondê-las sem cair no senso comum e no fatalismo, entender que essas demandas são coletivas e não de caráter individual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho. Capacitação em Serviço Social. Módulo 01. Brasília: CFESS/Abepss/Cead/UnB, 1999.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BARBOSA, Anália; SILVA, Diego Tabosa; SOUZA JUNIOR, Luiz Carlos. O Serviço Social no Brasil: das origens à renovação ou o “fim” do “início”. *In*: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016, Belo Horizonte.

BEZERRA, Angélica Luiza Silva; MEDEIROS, Milena Gomes de. A Crise Estrutural do Capital: reiterações e inflexões para a classe trabalhadora e o Serviço Social. *In*: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015, São Luís.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In*: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, v.2, n.1, jan./jul. 2005, p.68-80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>. Acesso em jun. 2019.

BRASIL. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Roberto_Rodrigues16/publication/329360551_A_centralidade_da_informacao_no_campo_das_politicas_publicas/links/5c0440c692851c63cab5f793/A-centralidade-da-informacao-no-campo-das-politicas-publicas.pdf#page=200. Acesso em nov. 2019.

_____. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica: NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos: NOB/RH. Brasília, 2006.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; SILVA, André Luís da. O trabalho do Assistente social no SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014.

CALIL, Alessandra Aparecida Soares; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. A Nova Morfologia do Trabalho e a Subjetividade do Trabalho do Setor Público. *In*: XXII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VIII Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale Paraíba, 2018, São José dos Campos. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2018/anais/arquivos/RE_0821_1099_01.pdf. Acesso em nov. 2019.

CARVALHO, Graziela Figueiredo de. A assistência social no Brasil: da caridade ao direito. 2008. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, 2009. Disponível em <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2338>. Acesso em nov. 2019.

CEOLIN, George Francisco. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CERUTTI, Marcos Fontana. Acadêmicos da UFRGS e comissão especial de investigação sumária no ano de 1964. [Mestrado] Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3085/MarcosCeruttiEducao.pdf?sequence=1>. Acesso em abr. 2019.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito social e assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COSTA, Lucia Cortes da. Estado e políticas públicas: contexto sócio histórico e assistência social. *In*: BATTINI, Odária (Org). SUAS: Sistema único de Assistência Social em debate. São Paulo: Veras Editora, 2007.

DAHMER, Larissa Pereira. Políticas Públicas de Assistência Social Brasileira: avanços, limites e desafios. Lisboa, 2006.

ESTEVAO, Ana Maria Ramos. O que é serviço social. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

FERREIRA, Andressa do Nascimento. A Atuação Profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) do Município de São Pedro da Aldeia – RJ. 2013. Disponível em:
<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4968/1/TCC%20ANDRESSA.pdf>. Acesso em out. 2019.

GIAQUETO, Adriana. A Descentralização e a Intersetorialidade na Política de Assistência Social. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634883/2783>. Acesso em set. 2019.

GONÇALVES, Nayla Cristiana Beraldo. A Crise Estrutural do Sistema Capitalista: o reflexo do naufrágio da humanidade. *In*: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016, Belo Horizonte. 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2016.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação E Conservadorismo No Serviço Social: Ensaio Críticos. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. *In*: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez. 2007.

_____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais E Serviço Social No Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 34 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, Michele Luiz. O Assistente Social e a Condição de Trabalhador Assalariado no Setor Público Estatal: traços do perfil do mercado de trabalho em Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. Disponível em:
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/3619/1/micheleluizlima.pdf>. Acesso em out. 2019.

MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira.; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap, v. 20, n. 35, jul.2014. Disponível em <http://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em jun.2019.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método na teoria social. *In*: Conselho Federal De Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino E Pesquisa Em Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 667-700.

PAPALI, Maria Aparecida; Cotidiano Compartilhado: homens pobres livres, cativos e “negócios da pobreza” na cidade de Jacareí-SP no século XIX. *In*: Anais do XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória – ANPUH, 2012, São Paulo.

PINTO, Eduardo Costa; BALANCO, Paulo. Crise e Capitalismo Contemporâneo: a questão das saídas “internas” e “externas”. *In*: WANDERLEY, Livio Andrade; SEPÚLVEDA, Osmar (Orgs.). Reflexões de Economistas Baianos 2007-2008. Salvador: Corecon/BA, 2008, p. 77-103. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/crise_e_capitalismo_contempo...pdf. Acesso em out. 2019.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Rio de Janeiro: Tempo. v. 1, n. 2, 1996.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. Serviço Social e Sociedade, n.104, p. 750-772, out/dez. 2010.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2010.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 136, p. 484-496, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n136/0101-6628-sssoc-136-0484.pdf>. Acesso em nov.2019.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 4 ed. rev. atual. Florianópolis, SC: UFSC, 2005. Disponível em: https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses. Acesso em nov.2019

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência social em risco: conservadorismo e luta social por direitos. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 130, p. 487-506, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0487.pdf>. Acesso em nov.2019.

SPOSATI, A. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 526-546, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0526.pdf>. Acesso em nov.2019.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. *In*: Conselho Federal De Serviço Social/Associação Brasileira de Ensino E Pesquisa Em Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 107-122.

TORRES, Iranildes Caldas. As primeiras-damas e a assistência social: relação de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS. *Revista Serviço Social & Sociedade*, ano XXV, nº 77, p. 11-29, mar. 2004.

APÊNDICE I

Parte I

Instrumento de Coleta de Dados

Dados Gerais

Formação: local e ano

Idade: _____ Sexo: _____ Tempo na Instituição: _____

Área de atuação: _____

Parte II

Roteiro de entrevista

1. Conte-me sua trajetória profissional na prefeitura
2. Fale-me sobre as mudanças observadas na PNAS e como elas afetam a atuação do Serviço Social
3. Limites e Possibilidades de atuação na PNAS.

APÊNDICE II

ENTREVISTAS

Entrevista 1 – Olga

Nunca houve um momento ótimo, sempre foi precário (antes da PNAS). Eu penso que o avanço que houve foram das normativas, do avanço da política pública, esse foi um avanço maravilhoso, mas o trabalho sempre foi precário, sempre foi, nunca houve para o profissional um tempo de pódio, não houve.

Hoje é um respeito maior, porque é uma política que a gente tem que estar nessa defesa o tempo todo. Então, o avanço que hoje tem, é porque a política norteia nosso trabalho, antigamente vamos pensar na época do Collor, foi em 89/88, não Collor foi 90. Me formei em 89 e atuo desde então, naquela época em 89 era muito a questão LBV, era ainda a época do Fundo Social de Solidariedade, não tinha uma política, nem sonhava com política pública.

O que nós fazíamos os assistentes sociais, era muito comum a gente pensar em folha de rosto, essa folha de identificação dos usuários; então cada serviço tinha sua folha de rosto e dentro da sua folha de rosto a gente fazia o perfil sócio econômico, mas era cada serviço tinha o seu. Então, naquela época o trabalho sempre foi precário, sempre houve poucos profissionais para a demanda e não existia defesa, a gente ainda estava muito no trabalho junto ao fundo social.

Eu lembro que as primeiras damas levavam os seus AS para a reunião, então assim esposas de prefeito, e a gente era profissional delas, nossa a gente ia muito em reunião de primeira dama. Não tinha um trabalho sistematizado e nossa era o pobre, preto, era bem essa demanda mesmo, era aquele excluído pobre. E não existiam programas, existia vontade política e você trabalhava com vontade daquele grupo político, se tinha o desejo de fazer conjunto habitacional você trabalhava levantando aquela demanda daquele projeto de governo. A gente trabalhava com projeto de governo. Não tinha essa sistematização que existe hoje, quando começou isso, eu me lembro trabalhava no Bатуíra quando surgiu a Norma Operacional Básica Recursos Humanos (NOB/RH) a Política de AS, quando a gente começou ouvir falar de uma sistematização, da tipificação, tanto que o Bатуíra não tipificou, não entendeu a tipificação, não só ele como muitas organizações sociais, não quiseram tipificar porque começaram a entender que iam trabalhar com o governo, e não era, era um trabalho comum de rede, e eles não entenderam.

Então, é isso: sempre foi um trabalho precário, sempre foi um trabalho que você está abrindo na picada com o machado na mão, mas hoje você tem uma política pública que norteia o seu

trabalho, hoje você sabe que trabalha com aquele público alvo, que a Pessoa com Deficiência (PCD), o idoso, a mulher, a criança e o adolescente, então hoje você tem todos os perfis, então hoje você tem focos de atuação.

Antigamente nos norteávamos pelas encíclicas, as encíclicas do Papa, a primeira encíclica chamava *Rero Novarum*, sempre quando a igreja católica sempre que Roma publicava depois da Páscoa sua encíclica, aquilo norteava o trabalho do SS, eram as encíclicas, eu lembro a *Rero Novarum* quando eu me formei um ano antes de eu me formar, então a gente estudava as encíclicas. Aquilo que a igreja colocava o SS se norteava, e aquilo era mote, era muito precário mesmo, eu lembro que a gente ia com as primeiras damas, tem até hoje né, muito município que elas se reúnem ainda, município pequeno, santa branca, não tem nem a secretaria, tem departamento de promoção social.

Então, é isso coisa de primeira dama, município pequeno ainda é assim. A gente ia muito para Aparecida do norte, porque as primeiras damas gostam de compras e a gente ia com elas, e elas iam fazer compras e a gente queria bolar alguma atuação com os assistentes sociais, mas elas não queriam sair com projeto, então era uma briga entre os assistentes sociais e as primeiras damas, nossa muita briga, a gente queria ir para as reuniões dos conselhos estaduais, a gente queria tentar fazer com que elas aceitassem.

Então, eu acho assim, respondendo, sempre foi precário, agora é precário, nossa nós temos um CRAS em uma determinada região da cidade para 13000 habitantes, 5000 famílias referenciadas, para um acompanhamento de 1000 famílias ano, isso é o que diz o Plano Municipal, nós temos 4 Assistentes Sociais, 1 psicólogo e 2 agentes, para 1000 famílias/ano para acompanhamento, não estou falando de grupo, só acompanhamento, 4 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo e 2 agentes, isso é precário. E o povo açoita a gente, da gente que não faz o serviço direito. O governo federal parou na 6ª parcela de 2017: então, o governo federal parou de repassar o recurso. O que tem bancado a Assistência Social hoje é o recurso estadual porque o governo do Estado financia 3 CRAS com 9154 e o SUL e o LESTE não existem, são imaginários, nós não somos co-financiados. É o Centro, Oeste e o Norte que recebem a verba estadual, e esses 2 são mantidos pelo município. A verba recebida é dividida por 5. Então é muito precário, é pouco dinheiro. O governo federal fica com o ACESUAS, fica com o PBC na escola, está ali estudando porque tem que fazer a visita para o PCD que está na escola para garantir acesso e permanência, mas tem que parar toda a atuação profissional, e o governo federal nem o repasse está fazendo, e a gente nem sabe se vem, porque a Secretaria (órgão gestor) cansa de mandar os e-mail, mas DRADS não sabe se vem ou não vem, o governo

federal parou. Existe muito mais consciência da atuação profissional o que norteia nosso trabalho acho que assim o profissional deve querer entender da política pública, porque é o que nos restou. Eu já trabalhei empresa, na Kodak, na POLICLIN, na UNIMED, o privado é terrível. Meu sonho era trabalhar na UNIMED, e quando eu entrei, fiquei 1 ano e 17 dias contatos no relógio, fiquei louca, porque você tem que mentir para o usuário, porque era questão financeira, e eu falava que o exame não tinha sido aprovado. Eu penso assim, porque eu sei que eu tenho padrão e eu sei que eu tenho, mas eu tenho uma ética, eu consigo até, como aqui eu não vou contar para o usuário que a gente está na 6ª parcela do federal, não compete. Então, a gente vai falar de alguma forma, talvez não de para fazer aquele passeio, enfim tem coisa que não compete, mas eu não vou mentir, não vou afetar dessa forma. Mas na UNIMED não, eu não conseguia, aí o convênio tinha que regularizar o convênio atualizar o cadastro, significava perder direitos, e se ele não atualizasse o plano dele ficava melhor, e a UNIMED pressionando para todo o idoso atualizar, e o idoso vinha com a cartinha na mão, e eu falava para não atualizar. E a UNIMED começou a perceber que as pessoas que eu atendia ficava no mesmo.

Então, é muito precário, em qualquer lugar é muito precário. Na nossa área não espere, pelo menos, por enquanto, nada menos do que o precário, infelizmente, porque a gente trabalha, talvez um dia você vai perceber que você tem menos do que seu usuário, porque não é para quem dela necessitar. Então a gente tem pessoas que tem recurso, aqui acontece de vir pessoas com carrão, com uma vida tranquila, mas naquela hora, CREAS então mais ainda, até mais porque violência não escolhe.

Mas no CRAS também aparecem pessoas que tem recursos, que não eram, nunca foram usuários da assistência, então quando você vê, pensa “nossa está melhor que eu”, por isso tem que ter muito claro a defesa do que é a política pública de Assistência Social esse Sistema Único, que é para quem dela necessitar, por isso que eu penso, por isso que eu estou gostando do CRAS, porque você tem que estar muito junto daquilo que as teorias, as normativas, você tem que estar com isso muito claro para não fazer juízo de valor, para você não... para fazer realmente um trabalho técnico, ético. Mas precário, infelizmente, precário vai ser... pelo menos até que, talvez um dia, é precário, porque sempre é o 5% do orçamento, até hoje isso não regulamentou, isso é desde 1988, a gente está falando da Constituição Cidadã que coloca lá que 5% do orçamento.

Aqui em Jacareí hoje coloca como 3,8% do orçamento, eu não sei se coloca salário nesse bojo, eu acho que não, eu não tenho certeza, mas eu acho que não se não daria mais, mas de qualquer forma, o que que é 3,8 % do orçamento? Por isso que é precário e mesmo que 5% será precário,

porque você não tem trabalho (desemprego). Então, a demanda inicial é sempre por conta de alimento que acaba que é o que fica mais a vista, aí “eu preciso de cesta básica ou eu preciso de vale transporte”, é uma coisa que acaba que fica mais a frente, as pessoas vão descobrir que tem serviço de convivência, que tem grupo de reflexão que tem protagonismo, que aqui a gente tem outras ofertas depois mas aquilo que salta aos olhos é porque não tem emprego aí fora, e a gente não vai dar conta mesmo, é precário porque 5% nunca vai ser o suficiente. Agora a gente tem que se afastar das encíclicas, agora a gente tem um governo que diz que tudo bem trabalho infantil... as encíclicas são lançadas ainda todos os anos, mas quando a política nacional é lançada a gente se afasta das encíclicas, mas a gente não é mais regida por elas, na faculdade a gente estudava as encíclicas elas eram lançadas e a gente tinha aula de teoria sobre elas.

O trabalho do assistente social hoje é mais técnico, até o termo nós não éramos chamadas de técnicos, isso é uma coisa bem recente essa tecnicidade que tem que dar para o trabalho. Mas o assistente social a gente encara isso ainda, das pessoas acharem que qualquer um pode ser, então assim a gente tem que se apropriar, houve muito avanço os profissionais precisam se ater a esse avanço, as faculdades ainda estão muito distantes da política de assistência social, aí saem profissionais que não sabem nada, prestam concurso e chegam profissionais totalmente sem nenhuma informação. Porque os estatutos, as normativas, a NOB, PNAS tem que estar na ponta da língua, e não está, então aí começa a precarização porque já deu tempo das faculdades atualizarem seus currículos, suas emendas, poxa já deu tempo, a política é de 2004 já podia, estamos em 2019 já dava para as ementas minimamente já ter a NOB, nossa nem sei quantos documentos, tem muita coisa, lei maria da penha, eca, estatuto do idoso, coisas que passam muito por cima, parece que não dão muita importância, e coisa que fala de violação então, nossa parece que, quando eu comecei a fazer Pós de atendimento da família mas eu não terminei, comecei em 2016 eu acho, e a gente fazia muito discussão de caso, e quando a gente começou a falar das violações a professora falou que o que tínhamos era muito rico e perguntou se escrevíamos sobre isso, e eu respondi que não, falei que no CREAS a gente escrevia livros de relatório, escreve muito, mas de fato outras coisas a gente não tem tempo de escrever. Aí eu perguntei o que as universidades estavam ensinando sobre violações de direito, e ela disse que não fala sobre isso. Bom, eles não falam nem da básica quem dirá da especial, não tem nem essa divisão de proteção, nada nada, então isso já precariza o nosso serviço, porque quando o profissional chega, chega totalmente crua e não consegue alcançar muitas vezes. Aí ficamos dependendo do perfil da pessoa, de querer correr atrás, ler e se apropriar para alcançar o que o serviço precisa e a gente não pode ficar à mercê do perfil da pessoa, tem que estar à mercê do

perfil do profissional, e isso precariza. Quando eu fico na dependência do perfil pessoal, eu precarizo, imagino se eu pego um médico cru?! Socorro, e por que que na assistência é assim? Então, a precarização começa na graduação, as pessoas não tem o que fazer e vão para o serviço social... eu amo o que eu faço, eu amo o serviço social não consigo perder o pique, tenho 30 anos de formada, faço uma defesa ferrenha, eu vou falar para você, você tem que ler, tem que se esmerar, mas é olho no olho do usuário, é ouvir com atenção, é uma coisa assim que, mas é da Política Pública, nossa é a defesa, defesa do SUAS, a defesa total, não interessa se é precário não interessa, porque a gente está para um universo, hoje eu estou aqui no território, então eu tenho que sair para o território, minha obrigação é falar do SUAS, a política para esse território de 13 mil pessoas, é a minha obrigação, eu marco nas escolas, nas unidades de saúde, onde eu posso. Eu falo do BPC, falo do serviço de convivência do idoso, e vou falando do que o CRAS tem, que não tem para todo mundo não, mas tem, é o que nós temos. Então, é o que eu tenho que fazer, é falar para todo mundo entender o que é o SUAS e o direito que todo mundo tem, é essa defesa.

Mas é isso você não pode perder esse brilho, o brilho da política pública. E é isso uma maneira de enfrentar, de driblar essa precarização, mas esse enfrentamento você não faz com o coração, isso você não faz, você faz com norma na mão, com números, não adianta. Você não faz esses enfrentamento para um governo, se você não tiver número, você pode fazer um bom discurso, mas você tem que ter números na sua mão, tem que ter, não adianta, a gente não pode ser poético, eu gosto muito da minha profissão e vou fazer a defesa, mas se vou fazer a defesa tenho que ter números na minha mão, tenho que saber de que público estou falando, que defesa estou fazendo. Engano do assistente social que acha que ele não vai trabalhar com números, se eu pego a gente tem poucos números, mas a gente tem números. Quando eu comecei aqui no território a primeira coisa que eu peguei foi o diagnóstico socioassistencial falta muito mas era o número que eu tinha, quantos idosos tenho no território, quantos adolescentes, faixa etária, quantos estão na escola ou não, então eu parti daí, eu fui lá falar desse público, mas eu sei que eu tenho aqui nesse território um grande número de mulher em violência nos condomínios, numa população verticalizada, que eu não tenho muito acesso. E fui procurar o líder da associação de bairros, e junto com eles estou tendo acesso.

Intencionalidade, tudo é intencional, e no nosso atendimento você está com o usuário, você está ali pensando como vai intervir, por onde vai começar, ele está derramando em você a história da vida dele, e você fala e decide o que vai pegar ou não e você vai até chegar no objetivo. Então, você tem intenção, você vai ter um plano e é assim, nossa função é essa.

Eu acho que a Secretária tem um foco legal, eu gosto, tenho minhas restrições mas eu acho que ficou muito mais, essa gestão está dando essa tecnicidade que precisa para Assistência, eu penso que o número não pode ser vazio, tem que ter sempre uma história por trás dele. E isso a gestão está aprendendo agora, eles deram números, e incomodava muito número vazio, tinha que dar número, EU lembro muito bem um dia que foi perguntado para a gente no CREAS quantas mulheres participavam do grupo de mulheres em situação de violência, eu falei que era em torno de 20 a 25 mulheres, acharam um absurdo, e eu falei que era o que nós temos, nós temos 2 técnicos, não podemos ter além disso e não dar conta, mas era o número que tínhamos e que não tínhamos outros números, mas temos histórias atrás desses números, e a gestão queria número alto, e a Secretaria não gostou, ela queria número alto. Então, até entender o número, foi bem difícil, nossa eles não entendiam. Agora, não quando ela (a Secretaria) apresenta os números, a gente percebe que ela está entendendo, então está melhor. Porque eu já falei com ela, falei mesmo com ela, uma vez ela estava falando de números, e eu falei “eu não concordo com esses números que você apresenta, porque não tem vida, você precisa saber o que tem por trás desses números que você está apresentando, porque número não significa, você precisa apresentar a história por trás desses números, porque esses números são apresentados, quem são esses números, eles são pessoas, são vidas, são histórias, e quando você coloca a história, dá força ao número e se você vai brigar por causa desses números, você tem que levar minimamente algumas histórias deles, a assistência trabalha com pessoas e não só com números, são pessoas”.

Sempre foi precarizando (a Assistência Social), e se gente se apegar a precarização o Assistente Social nunca iria ter evoluído com a atuação profissional, você tem que pegar aquilo que nós temos da política e avançar, então dentro do que eu tenho vou procurar fazer o melhor. Temos que mudar o foco, é precário, o SUS também é, mas funciona, perfeito não vai ser ... talvez quando a gente tiver 10% do orçamento a gente esteja muito bem, mas nunca vai ser suficiente. A gente está vivendo a inversão da pirâmide etária, agora em 2020 ela inverte, ela já começa a ficar menor, e o idoso já está crescendo e parece que 2023 ela inverte geral mesmo, inverte mesmo, idoso na base e idades menores em cima, e o que a gente está fazendo para essa população idosa?! Então, a gente tem que começar a pensar já, não adianta esperar chegar para começar a pensar ... o serviço social é dinâmico, não tem receita, não tem quadrado.

Entrevista 2 – Pagu

Fui chamada pela prefeitura de Jacareí no concurso 2014, entrei na prefeitura em agosto. Eu fui trabalhar na base, como a gente chama, fui lá para o CRAS Oeste, onde tem o maior número de bairros com maior vulnerabilidade. Eu fiquei 6 meses na base, com 6 meses eu fui convidada pela diretora da proteção básica para assumir a supervisão do CRAS Norte que é no parque Meia Lua, ai foi um grande desafio porque eu só tinha trabalhado em entidade até então e ia ser um grande desafio, e eu fui para um equipamento onde o CRAS estava integrado com esporte e cultura, e foi um mega desafio porque a população estava acostumada com o equipamento e a equipe estava se sentindo um pouco desconfortável na época de ter tido uma mudança tão rápida. Então, eu fui para um mega desafio, mas foi interessante. É um bairro que aqui no município tem um índice de violência grande, com tráfico de drogas, mas é um lugar gostoso de trabalhar é a menor região do município em nível de território, mas foi uma grande experiência. Depois de 1 ano que estava lá, eu voltei para o CRAS Oeste, para cobrir a licença gestante da supervisora, ai eu fiquei supervisora nesse CRAS 7 meses, ai eu voltei para o CRAS norte, quando foi final de fevereiro eu fui convidada para assumir a supervisão da gerencia de monitoramento e avaliação do município, que foi um outro grande desafio, ai é outra dinâmica de trabalho ai você vai trabalhar com gestão, que não envolve usuário diretamente, mas que é um outro escopo da Assistência. E nesse meio tempo que eu estou aqui, faz 2 anos e meio já que eu estou aqui, foi o setor que eu fiquei mais tempo desde que eu cheguei. E continuo no Conselho que antes de entrar na prefeitura eu já fazia parte do CMAS, e continuo até hoje, e é isso a trajetória por enquanto é essa, porque a gente nunca sabe o dia de amanhã na prefeitura. Agora vamos falar um pouco das mudanças percebidas. Então, eu me formei em 2002, dois anos antes da Política, e daí eu tive que aprender, política, tipificação tudo depois de formada, a gente teve que estudar tudo, e foi uma grande mudança, foi um grande avanço. Na época de faculdade, eu não fiz estagio em prefeitura, então eu não peguei plantão social que o pessoal fala, eu acabei não pegando porque no primeiro ano eu fiz estágio de observação em uma entidade aqui em Jacareí na Associação de Pais e Amigos do Down (ASPAD) e depois um estágio dentro de um projeto extensionista dentro da Universidade de Taubaté (UNITAU), eu fui trabalhar com projeto de pesquisa, foi muito bom porque eu aprendi mexer com projeto, ter essa visão ampliada de algumas coisas e aprendi muita coisa com as assistentes sociais que eu não queria ser quando eu me formasse, isso ficou muito claro para minha pessoa até hoje, mas tudo bem. E isso é muito bom porque quando a gente aprende aquilo que a gente não quer é porque a gente está entendendo aquilo para que a gente está estudando. Então, assim teve muitas mudanças ao longo desse caminho, eu observo que foram mudanças que trouxeram muitos

ganhos mas ao mesmo tempo eu observo até hoje que ainda tem coisas, que mesmo com essas mudanças a gente tem dificuldade de avançar, a gente tem uma política, a gente tem uma tipificação que tipifica todos os serviços da assistência, onde norteia os nossos trabalhos, a gente teve um avanço imenso. Eu que trabalho hoje na gerencia, a gente trabalha junto com a gestão de informação também, então assim a gente saiu daquele achismo, hoje a gente tem um sistema informatizado, mas a gente ainda rebate em algumas questões de lá de trás, que as pessoas acham que é muito burocrático, que tem que preencher muito papel e números, e a gente percebe também que há uma dificuldade de alinhamento de conceitos para entender esse trabalho dentro da Assistência Social, dentro dessas proteções, proteção básica e especial. Então, eu observo que ainda temos alguns entraves, vou usar bem isso, a descentralização ela trouxe para gente um respiro, eu vejo como um respiro, a oportunidade de você conhecer o território onde você está inserido, de você estar mais próximo da população. Mas isso também trouxe insegurança para os profissionais, eu observo que os profissionais novos que estão vindo, eles já estão vindo da universidade já com esse frescor, mas eu observo que o pessoal da minha geração, o pessoal mais velho, consegue ter uma visão fortalecida do que foi e a gente é muito grato do que é, a gente consegue compreender esse avanço, conseguimos ver os passos e onde estamos chegando. E por outro lado a gente vê uma política.

O Serviço Social já nada numa contra mão porque a gente está em uma sociedade capitalista, onde a gente trabalha com a questão das proteções, dos direitos, e o que a gente trabalha muitas vezes não é palpável, não é mensurável, então a dificuldade, as vezes, de se ver o resultado, das pessoas entenderem essa lógica é meio complexo. Mas eu acredito que a gente teve sim, com as legislações, críticas a gente está revendo muita coisa. O que me preocupa de verdade hoje é a gente, nessa precarização do trabalho, a gente conseguiu as 6 horas que acho que foi um ganho, porque o nosso trabalho não é fácil, eu acho que foi um avanço, mas a gente ainda tem intrínseco na nossa profissão infelizmente, a gente tem ainda aquela visão do assistencialismo, aquela visão da ajuda, do jeitinho, do imediatismo, e a gente tem uma Política ai, que hoje a gente está repleto de documentos, de legislações, de livros, das publicações que nos orientam, de guias de orientação, que nos norteiam, que nos dão subsídios para esse trabalho. Mas, a gente ainda esbarra numa questão ética, que lá no código de ética que diz que só somos responsáveis pelo nosso conhecimento da nossa profissão, e a gente percebe ainda que tem colegas que diz já estudou o suficiente e que está bom assim, e isso precariza o nosso trabalho, faz com que a gente acabe perdendo alguns espaços, e isso a gente observa que perdemos alguns espaços, na saúde, até mesmo em empresas. Então a gente tem que se munir, disso que a gente tem. Estudar,

criar, escrever é acho que essa cultura que a gente tem que ter do registro, daquilo de registrar as experiências exitosas quem nós tivemos, e as experiências não tão exitosas e as que não foram exitosas também, que nos levam a refletir para onde, que caminho que a gente quer chegar. Essa nova gestão do SUAS eu percebo muito, depois que eu vim para o monitoramento eu falo assim que a minha cabeça, eu já tinha uma visão, eu sempre fui aquela pessoa que sempre falou “nossa será que é só isso”, e eu sou muito curiosa, e eu hoje eu observo que no monitoramento você acaba tendo com a vigilância, ela é de todos, mas o setor da vigilância é aqui, a gente acaba olhando para todos os serviços da Assistência, e aí você acaba conseguindo através dos relatórios, através das experiências que a gente vai nos serviços trocar com as colegas, a gente consegue observar a onde estão os nós, e a gente tem que tomar muito cuidado com essas observações que a gente faz, porque as observações elas vão e elas tem que fazer efeito, a gente não pode chegar lá e falar “olha você não está fazendo isso”, porque a gente tem que entender e tem que construir.

A nossa Secretaria, vista de outros municípios que a gente tem contato, a gente tem um grande avanço aqui em Jacareí na Política de Assistência, eu acho que com tudo que está acontecendo, principalmente do governo federal que hoje a gente não escuta mais falar em Assistência do governo federal, só existe educação e saúde e um monte de baboseira que rola lá, eu penso que a gente está bem estruturado, nós trabalhamos com a equipe mínima, nós temos todos os setores garantidos no organograma, a gente vê realmente que existem lugares que CRAS estão fechando, CREAS tão fechando, CENTRO POP então, nem se fale, nessa cultura da higienização, de novo.

Mas o que pega que a gente tem lutado nesse meio tempo, a gente lutou pelas 6 horas, a gente tem lutado pelo nosso piso, que é outra briga que está rolando aí. Mas em termos de construção de trabalho, Jacareí está tendo avanço, a gente teve várias capacitações ano passado, esse ano, então a gente está fazendo esse momento de suspensão para poder repensar nos nossos serviços, então hoje o que eu vejo como entrave é isso.

Acho que os dois maiores desafios para mim: primeiro é fazer a gestão entender essa Política, porque geralmente quando você tem um cargo de gestão em uma prefeitura, a secretária não é de assistência, não é assistente social, seu diretor não é AS, e as vezes isso é um dificultador, mas também você pode ter alguém que é Assistente Social e ser um grande dificultador. Por isso que eu acho que esses são os dois maiores entraves, eu vou te explicar: você pode ter uma pessoa que não é da área da assistência e vir para a assistência e se apropriar muito, e entender e compartilhar com a gente, fazer com que a coisa caminhe, e o outro entrave é que as pessoas

precisam entender que elas tem que estudar, elas tem que ler, elas tem que revisar constantemente as legislações, as publicações, porque assim quando você está no CRAS faz proteção básica e se você sai de lá e vai para o CREAS vai fazer proteção especial. Então, são coisas diferentes dentro da mesma Política, a gente tem que conhecer o que a proteção básica faz, o que a especial faz, o que a gestão faz. A gente tem que conhecer os serviços. E as vezes eu percebo assim, às vezes, resistência a mudanças, isso eu também percebo, nesse sentido de progredir, de mudar, de mudar de setor, as pessoas no serviço público. a gente tem um problema grande que é isso, que a pessoa está naquela local e ela não quer sair porque já se acomodou, e na gestão é esse e acho que a questão política para gente que trabalha no setor público é uma questão também. A gente também tem que olhar, porque ela está ali intrínseca o tempo todo no nosso serviço. Ah fala assim “não está, está sim”. A gente sabe que tem situações que teria que ser feita de outra forma e as vezes dependendo do gestor que está, ele quer daquela forma. E aí a gente tem todo um papel ético ali, ético político bem assim mesmo, ali na sua mão, mas mesmo quando eu estava na básica como AS e depois como supervisora, e tanto agora aqui na gestão, eu peguei o governo passado e peguei esse governo, eu sinto que com toda essa conturbação até política as vezes que tem no meio dessa atuação como um todo. Eu acredito que aqui a gente consegue fazer Assistência, porque a gente consegue ter propriedade para falar “olha não pode ser assim”. Logico que tem horas que tem coisas que vão para o lado político, que aí a gente não tem como intervir, mas nossas atuações naquilo que diz respeito a nós, atribuição do assistente social, a gente consegue trabalhar bem nessa área aqui.

Falando do governo federal, tem um grande tendência e uma grande precarização já das políticas públicas, sociais e do trabalho, e isso reflete diretamente o tempo todo na atuação do Assistente Social, primeiro que verba federal não chega, não está chegando para nenhum município, nós estamos trabalhando porque graças a Deus, com tudo o governo municipal ainda tem um visão para Assistência, porque se não tivesse a gente estaria como muitos municípios que CRAS está fechando porta, não está conseguindo trabalhar, e aí está tendo que juntar todo mundo num lugar só, a gente ainda está conseguindo trabalhar com a questão dos conselhos direitos, que eles estão aí ainda funcionando , tem cidades que com essa precarização do governo federal, tem cidades que estão acabado com os conselhos, mas assim o nosso conselho está conseguindo, de certa forma, tocar a função do conselho, tudo o que é da assistência passa pelo conselho. E a gente está vendo aí desemprego, escola, jovem que não consegue emprego, corte de bolsa, corte de verba para estudo, isso tudo rebate na Assistência porque vem para gente. A gente observa que gente que nunca bateu na porta do CRAS, agora

está batendo porque não sabe para onde ir e o que fazer, isso reflete diretamente no nosso serviço e diretamente na nossa atuação como assistente social também, porque se a gente não tiver a consciência que a gente é uma política de assistência social, que a gente está aqui para trabalhar com a questão do direito a gente vai voltar para época do plantão social, que a pessoa vai chegar lá e você vai atender, e você vai voltar a trabalhar com os mínimos sociais de novo, aí você vai voltar *Mary Richmond*, daí não dá, Deus que me perdoe, mas a gente tem que tomar cuidado para não voltar nesse ciclo, mas é algo que tem municípios de grande porte como Jacareí que já estão trabalhando no sistema de plantão social, município próximo aqui. Então, a gente tem que tomar muito cuidado, e essa precarização ela está ligada a essa questão social que a gente está vivendo, ela está ligada na questão socioeconômica, ela está ligada nessa questão cultural que a gente vive no país, ela está ligada a tudo isso e a gente tem que o nosso material de trabalho é o nosso conhecimento, nossa cabeça. Então, a gente tem que estar preparado para não ser engolido por isso, porque se a gente lá, eu digo quem está lá na ponta no atendimento todos os dias, não é fácil, atender essa população, a gente vê aqui, o setor fica aqui dentro da Central de Cadastro a gente vê a fila imensa que forma aqui. Então a gente vê essa mudança, essa precarização que está acontecendo, e isso está muito forte com essa mudança do governo federal, a gente percebe que essa precarização está mais complicada, no sentido que assistência você não ouve, você hoje se você quer uma informação a gente entrando no site do MDS, você só vê aquele Osmar Terra do nada para lugar nenhum, aí vem o programa Criança Feliz que vem da outra gestão, mas que quer descer por goela baixo, e que se a gente não tem a capacidade técnica, teórica para poder falar “olha isso aqui não é nosso”, a gente fica rendido, porque a gente acaba absorvendo questões que não são da Assistência, senão a gente vai voltar a dar o óculos, fralda, cadeira de rodas, e a gente vem num processo histórico de avanços e esse retrocesso a gente tem que tomar muito cuidado. E para gente não cair nesse retrocesso tem que se apropriar da assistência, infelizmente eu percebo muito profissional que não se apropria da assistência social. Você vê lá chamando uma professora de história para falar sobre o ECA, dentro do CRAS, mas não precisava chamar uma professora de história para falar do ECA dentro do CRAS, sabe eu vejo muita dificuldade de entendimento de certas coisas, uma coisa besta, acompanhamento familiar, o que é acompanhamento familiar? você passa em vários setores, cada um entende de um jeito, dentro de um mesmo setor cada um entende de um jeito. Ah mas porque eu tenho que fazer o Prontuário SUAS, gente ali está um histórico, é um direito do usuário ter aquilo, as pessoas falam muito da revitimização, mas se você tem um usuário ele sai de um serviço e vai para o outro, se você não fez o registro dele, não precisa

nem mudar de serviço, mudou o técnico “eu vai passar pra você atender, eu registrei ali”, se você não leu o que eu escrevi, você vai ouvir ele tudo de novo, e talvez para ele contar tudo aquilo de novo é doido, as vezes a história de vida da pessoa já é uma violência, ai se o profissional não registra, porque é o direito do usuário ter tudo escrito ali, você vai fazer ele falar tudo de novo para você. Então, assim o que eu vejo hoje, até mesmo quando eu estava dando aula, eu falava muito para os meus alunos, “vocês tem que estudar”, é estudar o tempo todo, é revisitar o tempo todo, porque se a gente está apropriado, essa precarização ela está vindo, só que se a gente não tiver se apropriado do que é a assistência social, pq que a gente se formou e porque que a gente está aqui, a gente vai ser engolido por ela, mais do que ela ta vindo pra engolir a gente.

E eu falo de verdade, com tudo isso que está acontecendo aqui a gente está conseguindo trabalhar, fazer a assistência social acontecer, a gente está tendo capacitação, a gente está fazendo esse movimento de suspensão, de repensar o que é o nosso serviço qual a qualidade de serviço que nós temos, de pensar que os dados que a gente trabalha são dados vivos, que a gente precisa olhar para esses dados de uma outra forma, que a gente precisa melhorar a qualidade do nosso atendimento, então é essa a possibilidade que eu vejo de enfrentamento. O que eu vejo também de precarização, eu trabalhei com o EAD posso falar com categoria, o problema não é só a faculdade ser EAD, porque assim eu conheço pessoas que estudaram na faculdade semipresencial e são excelentes profissionais, e pessoas que se formaram em curso presencial que são péssimos profissionais, o que pega é essa questão de você entender a assistência, hoje a gente tem uma questão, o estado ele é laico, e as pessoas esquecem que ele é laico, se tem uma questão religiosa intrínseca muito grande ainda na profissão, paralela porque nossa profissão ela nasce dessa questão religiosa, e hoje isso está gritando muito então tem pessoas, não estou falando de religião que vão para fazer o serviço social com essa visão religiosa, e que por mais que você fale para ela que é uma questão técnica é uma briga, um conflito, porque a pessoa não quer mudar a cabeça dela e os princípios.

Então, hoje as maiores dificuldades que eu vejo são a questão política, que a gente tem ai que as vezes ela interfere no trabalho municipal, não só a questão política no âmbito federal, o estado coitado nem passa pela gente, e a questão política municipal, porque se também o prefeito, o gestor municipal se ele não tiver uma visão de que a assistência é importante para o município, que ela tem o papel dela que ela é necessário, num momento desse a gente estaria num nível que a gente está agora, não sou política, não tenho partido, sou apartidária, sou funcionária pública, eu sempre falei isso eu estou aqui independente de quem entra, o meu

trabalho, minha qualidade de trabalho vai ser a mesma, vou me dedicar do mesmo jeito, e essa questão profissional que hoje é o que eu observo, estando, como eu digo, rodando por todos os setores, tendo essa visão mais ampla, eu vejo que tem profissional que as vezes ele tem até um bom discurso, mas é um discurso meio que decorado mas ele não consegue transferir aquilo para a prática ou ele tem até facilidade para a prática mas ele não tem a teoria. Então, o grande desafio do bolo está nessas duas questões, que andam juntas. Eu falo assim uma das precarizações está no profissional, porque assim eu já trabalhei em entidade e trabalhar com gestor de entidade é complicado porque eles vão para o lado da benemerência, se você não tem uma posição teórica clara, se você não sabe qual sua função enquanto assistente social você vai virar fantoche, então assim você tem que ter conhecimento e hoje eu acho que algumas pessoas, profissionais estão saindo precários da universidade, a faculdade não vai te dar tudo as pessoas tem que entender isso, mas o mínimo você tem que saber.

E eu percebo essa dificuldade de entendimento de muitos profissionais, do porquê do prontuário, as pessoas querem receita pronta para o acompanhamento familiar, não existe receita, a dificuldade de entender o que é uma acolhida. E ainda nós mais funcionários públicos, eu tenho que estudar e estar inteirada de tudo, porque eu nunca sei onde eu vou estar, hoje estou aqui e amanhã podem me trocar, então é esse exercício de suspensão. É dialético, a nossa profissão ela é dialética, é o ir e voltar constante, ela é dinâmica, ela não para, a gente lida com o ser humano, e aí as pessoas têm preguiça de ler um texto de 20 páginas, na nossa profissão não dá para parar, é um constante aprendizado, tem que ser.

E a gente está voltando em uma precarização, no julgamento, num apontamento de dedo para as pessoas, a gente está vivendo em um mundo tão complicado, e as pessoas têm que entender que por mais que eu não goste ou não concorde com alguma coisa, é minha opinião pessoal, ela tem que ficar para fora do meu profissional, da sala de atendimento, eu tenho que respeitar o ser humano que está ali na minha frente independente de quem seja e como ele seja, eu estou ali para olhar para ele, para aquilo que ele está trazendo, é o ouvir, é o parar e o ouvir e hoje as pessoas hoje tem muita dificuldade de fazer-los. E aí quando a gente fala dos dados, os dados eles são importantes hoje dentro da assistência, porque que eles são dados vivos, quando são dados números, não são números somente, eles são pessoas, são famílias. Quando eu for falar com a gestão eu tenho que apresentar número, mas tenho que apresentar a eles, não somente números, mas fazê-los entender que são vidas, pessoas.

Entrevista 3 – Frida

Então eu me formei em 2005 na UNIVAP; na questão de estágio eu fiz na prefeitura de SJC, depois em 2006, recém-formada, fui ser assessora do MDS na cidade de Machado, fiquei lá até 2007. Depois fui fazer a mesma implantação em Caraguatatuba; fui também assessora de vereador e passei por chefia de gabinete. Ai assim que eu engravidei, não dava mais para fazer outra coisa que não fosse concurso público porque a partir do momento que você tem um filho, você precisa ter estabilidade. Prestei o concurso e ai o meu salário foi lá no chão, precarizou porque quando a gente vem para a máquina pública você já vem para fazer uma coisa que está dentro de um orçamento, você vem para executar um trabalho e te pegam de acordo com a arrecadação do município, e ai você deixar de ter aquela questão de ser assessor de estar dentro da política, de fazer uma coisa partidária. Nesse momento eu passei na prefeitura de Caçapava e aí em maio de 2011, eu passei no concurso de Jacareí e aqui na prefeitura eu passei por abrigo, por CRAS, por CREAS e agora POP de RUA.

Quando a gente entrou aqui em 2011, a gente veio em um grupo grande e quando a gente foi recebida eu percebo que a gente não teve uma acolhida a gente não passou por aquele processo de integração. Então, quando eu cheguei eu percebi que havia uma quebra entre os novos e os velhos, eles falavam vocês são os novos e nós somos os velhos, vocês fazem o que a gente não quer fazer e vocês estão em estágio probatório. Então, foi difícil a adaptação porque a gente não conhecia como Jacareí trabalhava, eu entrei direto dentro de um serviço da proteção especial que é uma coisa que eu não concordo, porque eu entendo que quando um profissional chega em uma prefeitura ele tem que primeiro conhecer a proteção básica ou então a gestão, para depois estar indo para a proteção especial. O município acaba fazendo a lógica de quem quer e quem está na especial vai para a básica e quem chega entra dentro da especial, e a complexidade é gigantesca para um profissional. Tanto que a gente tinha, quando a gente tinha um trabalho mais estruturado de profissionais, de ter muitas exonerações, quando a gente começou, tinha muitas exonerações, hoje não mais por conta da precarização do trabalho porque hoje a gente sabe que não tem emprego, então as pessoas acabam ficando por não ter outra opção fora, a gente sofria assédio moral, a gente sofria um assédio moral grande da nossa chefia da época de dizer que nós estávamos em estágio probatório, mas nunca nos pontuaram aonde e nem o porquê. Então, a gente não sabia nem direito trabalhista, a gente não sabia nem que tinha direito a falta abonada, a gente não sabia como funcionava a questão de benefício. A gente já chegou trabalhando de uma forma frenética com 50 pastas em cima da mesa “você não é assistente social, então de conta”. A gente não tinha prática de relatório, a gente vai aprendendo com o tempo, mas assim de ouvir da supervisão “você não sabe fazer relatório”, uma coisa

assim meio que desprezar de cima para baixo, isso é uma coisa que eu aponto que foi uma melhora, porque depois que a gente passou por isso nós viramos gestores e aí a gente entendeu que não faríamos daquela forma, conforme as pessoas mais antigas foram deixando os serviços a gente entendeu que quem chegasse seria acolhido, não seria discriminado e nem desprezado da forma que tínhamos sido, isso demorou um tempo.

Tanto que depois que eu fui para o CRAS, eu fiquei um tempo no CREAS, depois eu fui para o CRAS e a gente foi trabalhar com uma outra demanda, a gente vê a diferença da calma do planejamento da forma de organização, da mobilização, então isso também é legal, você conseguir ver dentro da prefeitura, a diferença as formas de trabalhar e saber se colocar, identidade profissional você saber o que é correto, independentemente de onde você estiver, você tem sua identidade formada, você tem a sua metodologia para poder fazer o seu trabalho. Então independente do que for, independente do segmento, criança e adolescente, idoso, população de rua, saúde, empresa, a gente tem que ter muito firme a nossa questão profissional de identidade. Aí a gente veio por esse processo, uma questão que a gente aponta muito grave dentro do serviço público é a questão política, a gente não consegue ter uma ascensão de carreira dentro do serviço público, a gente fica refém de vontades políticas, dependendo da chefia quando troca a gestão e assume, se você é bem visto e se você é interessante para determinado partido que está, você assume chefia, do contrário, você volta para a base. Então, a gente não consegue ter uma ascensão de empresa, você pode estar supervisor de unidade e retornar para base em muito pouco tempo se você não agrada as questões políticas, não é só a questão profissional que vai te elevar, te ascender, é a questão política, então assim nós que somos assistentes sociais, profissionais de mediação a gente tem que saber dosar, porque você tem que tocar um projeto ético político dentro do equipamento, para você poder ser ético, para você fazer um SUAS pautado na legislação, na PNAS mas você também tem que mediar as vaidades políticas, porque lá nas vaidades políticas eles exigem indicadores, eles exigem mídia, eles exigem umas outras questões que se você não der, você não trabalha a base do SUAS. Então, é importante você saber mediar, você trabalhar com as vaidades, você trabalhar com as questões políticas partidárias, mas não esquecer a base que é o usuário. Então, é para o usuário que você tem que fazer, então injeta sua energia na questão da política, implanta o trabalho conforme está na tipificação, dentro dos cadernos, dentro das normativas e em paralelo você faz as questões das vaidades políticas que seus gestores colocam aí, que muitas vezes está fora da política de assistência social. E a gente enquanto gestor também, a gente tem que ter muita sensibilidade de blindar a equipe técnica, somos todos profissionais, trabalhadores do SUAS de

nível médio, de nível superior, então muita coisa técnica tem que ficar no gestor para a equipe técnica poder ter um pouco mais de respiro para poder trabalhar. Então, muita coisa tem que ser filtrada, para essa equipe técnica poder fazer o trabalho técnico operativo dos nos nossos serviços. Depois que virou a gestão (2016) a gente teve uma mudança total de paradigma, a gente teve um 360° na questão de pensamento da Política, a gente saiu daquela coisa pronta que veio da implantação do projeto de 2004, o SUAS montado, o SUAS estabilizado, os serviços de equipamento formatados dentro do município de acordo com a normativa, serviços tipificados, a gente teve uma melhora nesses serviços, um aumento de RH, melhor estrutura para esses serviços, mas a gente acabou fugindo um pouquinho daquela questão que a gente vem de um trabalho de SUAS, da questão de garantia direito, a gente puxou um pouquinho para o lado da ajuda, mas aí de novo entra a questão de gestor dos equipamentos, gestor de base, o gestor tem que estar firme no posicionamento dele, questões políticas de Secretário e questão de base nossa. Então a gente vê que a evolução do município de 2011 para cá ela teve uma ascensão ela foi feita de uma forma adequada, mas a gente também não pode esquecer que quem dá essa cadência é o servidor público concursado porque independente do governo que passar, somos nós que vamos estar aqui e somos nós que vamos continuar aqui. Então a gente tem que trazer essa formatação e as vezes fazer algumas frentes para não dismantelar os serviços, porque se não a gente volta para questão da caridade, ainda mais trabalhando com pop rua, as vezes é cobrado da gente um voluntariado. Às vezes é cobrado da gente porque nós não abrimos a porta para igreja vem aqui dentro para, as vezes a gente desconversa sabe, a gente ouve e sabe aquela questão de você fazer-se de desentendida que essas pessoas são sujeitos de direitos, são pessoas que tem valores, são pessoas que tem histórias, quebrar paradigmas de preconceito dentro do próprio serviço para chegar no seu objetivo, porque quem sabe e quem trabalha somos nós que estamos aqui na base, que estamos aqui dentro dos equipamentos.

Então, a gente tem que fazer de uma forma ética, de uma forma técnica, de uma forma respeitosa, principalmente quem trabalha com pop rua de dizer, depois estender para a sociedade, estender para o comércio, essa questão da gente avançar na articulação, de ter o emprego e renda mais perto de ter a habitação mais perto, então existem os prós, existem os contras, os alfas e o deltas, mas a gente pode dizer que a gente consegue trabalhar de uma forma ética- política e teórico metodológica, as questão da nossa profissão e também as questões da política nacional da assistência.

O Assistente Social tem que entender a história, o profissional que não consegue fazer uma análise de conjuntura e entender que momento ele está, que momento político, que momento

do Brasil, em que momento de mundo a gente está, ele é engolido o tempo todo, primeiro coisa você tem que entender como que está a economia do seu país, como que está o pensamento do governo, porque eu penso assim, o país que não cuida dos seus pobres, não é um país desenvolvido, jamais vai ser um país desenvolvido porque a transferência de renda, as questões das políticas públicas elas vem de impostos, então os serviços públicos para o nosso recorte, que é o recorte da assistência social, ele tem que ser muito bem formatado e não é a política de assistência, uma política de emprego e renda, política de habitação, de saúde, de esporte, de lazer e de cultura. Então, tem que primeiro fazer análise de conjuntura: a gente veio de um estado desenvolvimentista toda aquela coisa de 50 anos em 5; depois 1970/1980 boom do emprego, GM, EMBRAER, KOGS aqui, Bhrama, pega gente lá de Minas Gerais coloca no ônibus, chega com a mala amarela aqui, vamos todo mundo cair para dentro, desenvolveu bacana, êxodo rural, sai todo mundo vem para os grandes centros e vai povoando, e ai a gente chega em 1990 com o neoliberalismo, estado mínimo . Ali a gente já começa ter a queda do emprego, um olhar diferente para as questões, ai a gente pega um governo que acaba saindo dessa questão de direita entra para uma questão de esquerda, vai olhar para questão do trabalhador, vai expandir, vai dar oportunidade de educação, vai dar oportunidade de compra, de casa, de carro, de material, de eletrodoméstico, estabilidade na economia, bacana. Ai depois vem corrupção, Petrólão, Dilma deixa “pa” joga no ventilador, joga no ventilador, “não vou segurar mais nada, quem deva que pague” e ai a gente começa, a gente passa por um Golpe de estado, onde vem um cara que quer acobertar tudo de novo, e ai a gente começa a regredir, a gente deixa de prosperar e a gente volta a regredir, ai a gente entra pela questão de desemprego, pela diminuição neoneoliberalismo, eu não sei qual é o nome, não deu tempo de ler, mas eu sei que a gente tem um nova roupagem, não tem uma linha porque a Marilena Chauí que era um ícone virou louca para todo mundo, porque coitada ela não estava conseguindo explicar mais nada, também como é que explica, nem Freud explica o que virou o Brasil.

E ai a gente pensa que o Serviço Social ele está injetado dentro das questões trabalhistas, o proletariado que é massacrado, a questão materialista histórica que vem dessa produção dessa reprodução e a gente ali na mediação, né entre o direito de trabalho entre o estado né, a gente ali né na questão do nosso trabalho de mediação, e ai gente vem vindo né, ai chega uma hora que o Estado enxuga, todo aquele movimento do sistema único de assistência, de legislação para de passar verba, e ai o que acontece municípios pequenos não se mantem né, então enxuga-se as políticas públicas, aumenta o desemprego aumenta pessoas precisando do estado, e o

estado enxugando e dizendo que o responsável é a sociedade né a sociedade também tem que dar conta dos pobres.

Aí a gente volta lá em 1950 quando a gente começou, ai a gente olha lá para o documento de Araxá que é o que diz que a gente quebrou com a questão da caridade, e ai a gente vê a caridade retornando agora, e ai quando a gente se posiciona e diz que nós somos profissionais que trabalhamos com políticas públicas e que a gente é profissional que não dá jeitinho entendeu, se a gente não tem categoria para dizer esse não, a gente quebra dentro do serviço, a gente perde o respeito profissional, porque algumas fazem e outras não e quem não faz está indo contra o sistema, o sistema que massacra, o sistema que excluiu, o sistema que não tem hospital para todo mundo, que não tem consulta para todo mundo, que não tem emprego para todo mundo, que tem os pais de família que não estão mais conseguindo dar conta dessa família, a mulher saindo indo para o mercado de trabalho trazendo sustento sendo cada vez mais exploradas, porque q a mão de obra da mulher é mais fácil, ela trabalha com faxina com lavagem de roupa na lanchonete, na cozinha. Então acabou o mercado se adequando um pouco mais para o gênero, porque em 1970 o homem era para trabalhar na fábrica, hoje a gente não tem emprego para esse homem de fábrica. 1990 quando começou a quebrar, hoje a gente tem pouca oferta de trabalho e a impressão que eu tenho é que quando um homem vai concorrer a um vaga em uma fábrica, da impressão que é uma vaga da NASA porque ele tem que ter inglês fluente, tem que ter um curso superior, um mestrado, um doutorado, outra faculdade para concorrer a uma vaga de chão de fábrica, para que que está se exigindo tudo isso? eu já cheguei a ver porteiro que estava exigindo nível superior, para um salário de 1200 reais porque hoje a gente tem um exército de reserva grande de nível superior que não está conseguindo se colocar no mercado de trabalho, porque o mercado não está se expandindo e da forma que está se expandindo é a questão da mão invisível, oferta e procura, se eu tenho um grande contingente o salário vai para baixo, então a gente se insere nisso também, e trabalhando com essa demanda que eu trabalho hoje, com pop rua a gente vê isso mais claro, porque essas pessoas não são, nem a classe que sobrevivem do trabalho, elas são sobrantes da sociedade, porque não sobra nada de trabalho para eles. E onde que eles vão se inserir, no serviço que sobrevive da rua, eles vão olhar carro, vão ser chapa, eles vão fazer carga e descarga, e ai são meios de sobrevivida, de sobrevivência que eles não conseguem manter os mínimos sociais, e ainda tem os cofatores da dependência química. Então, trabalhar pop rua hoje é ver bater no serviço, pessoas que estão sendo despejadas, idosos que tão fazendo empréstimo, mulheres vítima de violência, homens que foram afastados do lar por conta de solicitação impositiva, então assim a gente tem que tomar

cuidado muitas vezes para não gerir a vida do pobre, porque cada um tem a sua autonomia, então a gente tem que fazer esse olhar para o mundo do trabalho, para o nosso cotidiano profissional e saber que nós somos cobrados porque a gente passa a mão na cabeça de vagabundo e a gente não tem outras ferramentas para poder trabalhar, então o que que o mercado exige hoje do profissional para poder escapar pelo menos um pouco do massacre que vivemos do trabalho, você tem que ser criativo, você tem que trabalhar com meios sustentáveis, você tem que olhar para dentro do seu serviço e ver o que que você pode trazer para agregar, universidade ajuda muito, a gente tem FATEC aqui, a gente tem instituto federal, a gente tem UNIP, a gente tem UNIVAP próximo também, a gente tem UNOPAR sem desprezar as que estão sendo a distância também . Então, assim é trazer um pouco mais de conhecimento e agregar com nosso dia a dia, porque é nesses locais que a gente consegue cursos de capacitação para os nossos usuários, é fazendo parcerias com as outras secretarias, meio ambiente, também consegue fornecer para gente algumas questões, educação. Então, assim temos que ser profissionais de vanguarda, a gente tem que trabalhar livre e com criatividade dentro do nosso serviço, porque se a gente ficar tolhido e esperando que se articule uma política integrada a gente não faz serviço social de qualidade e a gente não dá qualidade de vida humana para esses usuários.

Eu sou uma militante, eu participo dos encontros do CRESS, eu acho importante fortalecer nossa base, mas eu vejo pouca participação, nós que viemos dizendo “trabalhadores do mundo uni-vos”, “a mão que toca a roda faz a roda parar”, mas aí na hora que a gente vê que a gente precisa se unir quanto classe, a gente vê essa quebra, porque as pessoas estão meio saturadas, elas estão sendo engolidas pela tarefa do dia a dia, aí vira aquele profissional tarefeiro, que não faz a catarse, que não presta atenção, que não para poder fazer um planejamento, para fazer programação, ela vai virando a roda, vai fazendo. Então, o que eu penso hoje da nossa categoria, a gente teve uma precarização muito grande com as formações a distância, muito grande mesmo, eu vou falar isso de detenção de estagiários de universidades diferentes, então a preparação do profissional que vem de discussão em sala de aula e de um aluno que estuda sozinho em casa, então a gente pode colocar que isso foi um ponto muito negativo também, porque deu uma descaracterização da nossa categoria a gente vê o pessoal que está sendo lançado hoje no mercado, são profissionais sem militância nenhuma, eles vão para o mercado de trabalho para executar, e aí eles executam o que mandam, eles não tem esse pensamento crítico, e é uma coisa tão pouca, nosso código é tão fininho, está tudo lá o que a gente tem que fazer, e hoje parece que virou um monstro de sete barbatanas, nosso código de ética é

pequeninho e está lá o que é atribuição do assistente social e uma das atribuições é a questão da classe né, então eu vejo que a gente teve muitos profissionais que vieram da questão da caridade e que queriam qualificar e ai quando entrou na faculdade viu que era outra coisa, ai depois que saiu da faculdade esqueceu voltou lá para o começo, voltou lá de quando era da pastoral, de quando era do movimento jovem e ai entendeu que é assim mesmo. Eu vejo muitos profissionais acomodados, então assim estou funcionário público não vou participar de mais nada, não vou estudar, não vou fazer especialização, ganho pouco o que eu faço não dá para estudar, mas também não participa de nada que é gratuito, não quer participar, ai fica aquele profissional tolhido, que faz o senso comum, que muitas vezes faz a questão caseira, não tem esse pensamento aberto de discussão de caso, acaba sendo o eu quero, eu posso, eu faço, eu aconteço, engata a marcha e ai de quem estiver na reta, então assim uma classe desunida uma classe acomodada e que pra gente sair desse movimento a gente precisa ter algumas questões, por exemplo o piso salarial seria bacana, se a gente conseguisse fazer passar, a gente lutou muito pelo movimento de 30 horas e ai sucateou o salário, mas também não vou deixar de respeitar a história, foi bom também mas a gente tem que ter um piso, nós temos nível superior, então assim hoje a gente tem um piso de 2500 da prefeitura e a gente paga 500 reais anuais de CRESS entendeu, então assim temos profissionais de outros setores com salários maiores de 5000 reais que também pagam 500 reais, então assim a gente acaba falando de equidade e a gente não tem equidade nem dentro do nosso próprio conselho então assim acaba sendo taxativo pra todo mundo, então precisamos ter um olhar, porque ai o que acontece quando você vem dentro das prefeituras, que é o setor público a qual eu faço parte você seleciona profissionais né, e ai gente cai num erro muito grande de analisar perfil, nós não temos instrumentalidade pra isso, você nunca vai ouvir da minha boca que fulana não tem perfil pra está aqui ou pra estar lá, ou em outro lugar, nós não temos prerrogativas de analisar perfil, eu tenho CRESS é pra trabalhar em qualquer frente, então não existe mais fraco ou mais forte temos que nos temos que nos respeitar enquanto categoria, somos profissionais assistentes sociais, e vamos trabalhar nas frentes necessárias, o bom gestor não tem soldado perdido, quem cair trabalha você instrumentaliza, você qualifica você direciona né, então lá também no nosso código de ética, fala onde a gente tem que tá, que nós temos que ser profissional de base, temos que ser assessores, temos que ser diretores, e a gente não perde o foco da nossa profissão, continua sendo assistente social, executando as questões sociais fazendo o entendimento sociais né, a frente de serviço são dentro de uma política de assistência social, a gente não muda né o nosso foco de trabalho. Reunião de discussão de caso é muito importante a gente nivela bem a equipe,

a orientação individual também é importante, porque você coloca pra colega sua cadencia de trabalho, a forma que você gostaria que o serviço funcionasse respeitando né a autonomia de cada profissional, sabendo que o parecer técnico ele é inquestionável, por qualquer pessoa independente de hierarquia seja interna ou externa, parecer técnico é inquestionável, parecer técnico tá formatado acabou, então não podemos perder esse olhar de ética.

Falando em desafios Ma, o maior desafio que hoje eu entendo é essa questão de entender que pobre é vagabundo é uma cultura que está meio que embutida, e ela está ganhando um movimento maior, que adolescente é bandido então esses extirpes que estão vindo né pra nossa demanda que está prejudicando muito nosso trabalho, porque a gente também acaba sendo profissionais que estamos sendo olhados de uma forma diferente, a gente está sendo resetado do que é nosso, lá em 1990 o que assistente social falava era lei, hoje colocam em xeque o nosso parecer, então assim eu acredito que essa aonde que vem vindo, de rotular, de colocar a população LGBT todo mundo como promiscuo, de colocar a mulher feminista como aquele machão que queria ser homem que não raspa o pelo do sovaco, de colocar quem é militante de sindicato como bandido, de entender que a luta pela terra não é uma coisa adequada, de querer falar que índio tem que gerar riqueza, índio quer natureza, quer preservar a natureza, índio não querer gerar riqueza, deixa a jazigo de ouro lá quieta lá, é deles entendeu, não bota o índio pra trabalhar não porque índio não é pra trabalhar igual branco, não vem dizer que a gente tem o negro, uma dívida histórica e a gente não tem que ter cota reservada, porque a gente tem um dívida histórica com eles, eles não tem a mesa oportunidade, olha o meu quintal aqui da pop rua 80% é negro, olha lá para os meninos de medida socioeducativa quantos % é negro. Eu penso que isso prejudica o nosso trabalho também, é as ferramentas nossas de trabalho, elas estão deixando de ser apuradas, então assim a gente ta confundindo muito visita domiciliar, a gente confundindo o que que é um relatório, o que e um parecer, a gente está deixando perder as nossas ferramentas e ai a gente precariza a nossa instrumentalidade também, porque a partir do momento que você não tem aquela coisa teórica misturada com o técnico você cai de novo na questão no senso comum ai você perde seu profissionalismo você não é mais respeitado e a partir do momento que você não é mais respeitado qualquer um pode te apontar e dizer o que você tem que fazer, você tem que ser muito firme no seu posicionamento vem precarizando as políticas públicas, enxugando, cortando verba né, hoje eu tenho um financiamento para 80 atendimentos lá do governo federal, mas tem 1 ano e meio que o governo federal não repassa verba, então dentro dos serviços eu deixo de ofertar alguns eixos da política, porque eu tenho que trabalha com o recurso estadual com recurso municipal, sem dinheiro ninguém trabalha né,

então a gente vem precarizando na questão de que os profissionais eles tem sido substituídos por outras profissões, a gente tem os psicólogos muito a frente, hoje a gente tem o terapeutas ocupacionais muito a frente, os gestores de RH muito a frente, o assistente social ele não está conseguindo mais dar cadencia da importância do nosso trabalho, não estou generalizando mas eu estou fazendo uma análise histórica do que vem né. A gente tem que aprender a cravar espaço, público privado ele é muito grande, as empresas elas precisam também ter responsabilidade social, a gente tem que ter alternativas também para esse enxugamento, pra essa quebra, pra essa precarização, se a gente for pensar em ampliar um pouco mais macro, é a gente tem uma assistente social por empresa e olha lá, e ai quando tem um corte o assistente social vai embora, porque ai ele vai fazer parceria lá com o hospital psiquiátrico e vai mandar os dependentes químicos tudo pra lá né, porque empresa entende que quem não produz no trabalho usa droga, outra rotulação entendeu, porque a gente não tem mais os profissionais lá para fazer a análise de conjuntura, e nós não temos nenhuma ferramenta que diz que é necessário ter uma assistente social numa empresa, num hospital, num serviço público a gente tem algumas normativas mas obrigatoriedade a gente não tem de nenhuma questão, pega assistente social de hospital uma pro hospital inteiro como a gente tem aqui da santa casa, eu não posso nem cobrar da colega, uma pro UPA todo 24h ela trabalha 6 horas por dia, mais precarizado que isso, impossível. Pega profissionais de abrigo que estão há tempos dentro do abrigo, você vê que eles estão esgotados, que eles estão cansados, eles estão estafados eles estão doentes, pega profissional de CREAS profissionais de CREAS há muito tempo no mesmo serviço, tem que rodar vai precarizar mais ainda, a gente vai perder mão de obra a gente vai perder de valorizar o humano, porque nós trabalhamos né com a questão social, então precariza nosso trabalho porque precariza o sistema, que precariza as famílias que não dão conta, e vem pro serviço né, então assim é uma precarização em escala eu falo que é uma cadeia sucessiva, mas a gente ainda não chegou no fundo do poço tem muito o que piorar, tem muito para piorar a gente ainda tem mais um tempo né de extrema direita para acabar mais um pouco com o Brasil, a gente não sabe como vai ficar o ideal político porque parece que é uma lavagem cerebral que está sendo feita em todo mundo, e ai quem tem pensamento libertário é louco, eu sou a esquerdinha da minha casa, mas na verdade sei lá de que partido eu sou, sou de nenhum, a questão não é partido. Essa conversa que a gente está tendo aqui todo mundo tinha que aprender na escola, tinha que aprender lá no ensino médio, eles tinham que entender onde eles estão em tempo e espaço, eu tenho filho de 9 anos e eu tento passar minimamente pra ele, pelo menos o senso do corpo o que é feminino o que é masculino o que é reprodução, o básico entendeu, o

que é droga, qual tipo de droga, mãe quando eu vou ver a droga pessoal, nunca meu filho, só no livro não precisa pegar na mão, você entendeu, porque senão ele vai ter a curiosidade de pega quando ele tiver lá com 12/13 anos, e a gente não está tendo mais oportunidade de ter essas discussões na escola a gente não pode falar de gênero, a gente não pode falar de droga, não pode falar de corpo humano, não pode nem falar da história, se o meu filho com 9 anos está manifestando interesse pelo corpo e a escola começa a ensinar com 11/12, ele já vai está sabendo, e quem vai ter ensinado vai ser a rua né, que é muito pior. Então assim nós assistentes sociais principalmente quando a gente vai estruturado pra trabalhar eixos da política, protagonismo, vivência, território, a gente tá quebrando esses paradigmas que é colocado pela sociedade hoje, e muitas das vezes a gente não é bem vista né, quando a gente faz um trabalho de grupo que a gente leva esses ideais, quando a gente trabalha mulher vítima de violência, que você começa o trabalho no começo do ano e você finaliza com elas empoderadas, então assim a gente está remando contra a maré o tempo todo, isso também precariza, precariza nossa saúde, da estresse, da estafa e aí as empresas os municípios elas não estão preparadas para cuidar de nós, porque a gente é remunerado pra isso, mas a gente vende a nossa força de trabalho, e se eu vendo a minha força de trabalho e eu sou recompensada minha força de trabalho tem que ser cuidada, e ela não é cuidada, então assim que lógica é essa?! E esse profissional que a gente perde, é menos 1, ele não vai ser repostado, ele é responsável por uma gaveta, com 40 famílias se multiplicar por 5 são 200 pessoas, não pode ficar descoberto. Então a gente precariza quando a gente coloca pra profissionais de CREAS 40 situações, para os de pop rua 30 situações, quando a gente pega profissionais únicos dentro dos serviços que são gigantesco, quando a gente passa o serviço de plantão de final de semana pra um profissional todas as demandas da cidade, então a gente tá todo mundo dentro do bolo, e a gente quer que saia um bolo, então assim é uma energia muito grande que a gente dispensa pra isso, e aí o profissional do serviço social ele também fica ali, mas a gente não pode se perder, a gente não pode perder o foco, a gente não pode perder a essência, a gente não pode perder a luta, de classe, de categoria, de defesa de direito, de usuário, a gente tem que está firme na nossa intransigência, para enfrentar. A gente não pode perder o sentido da classe do assistente social, e conseguir rebater e não perder a visão do que é o assistente social, pra que é e pra que veio, e assim uma das questões que a gente tem que fazer, muito firme sabe. Mas é instrumentalizar os profissionais que estão vindo, é abrir campo de estágio, é mostrar pra eles o que que a gente tem dentro dos serviços, a gente precisa, o professor da academia não dá conta de formar profissionais os profissionais eles tem que vir a campo para poder entender, e a gente não pode deixar que eles vejam partes, porque quando

eles vão para trabalhar em OSC eles não veem a parte né, então eles também que ter a qualificação do entendimento do todo porque a gente sabe que hoje é dentro do serviço público que está nossa maior frente de trabalho, eu lembro de uma assistente social das antigas quando eu era estagiaria que ela falava assim, “ponha uma coisa na sua cabeça nós somos as meninas boazinhas que o estado paga pro pobre não dar trabalho”, eu falei não nos somos profissionais de luta que estamos à frente da garantia de direito, isso que você está falando não vai entrar na minha cabeça, então assim de se colocar né, de trazer à tona essas discussões, e pra fazer esse enfrentamento é não perder a identidade né, é de ter esse momento, essa clareza de conversa, esse entendimento as vezes a gente precisa ter respeito, pra gente poder construir a gente precisa também ter escuta, a gente precisa entender o que o outro quer, pra gente chegar num consenso, talvez eu não concorde com a minha gestora, mas eu tenho que parar pra ouvir ela, porque senão não adianta ficar rebatendo porque o usuário vai estar lá esperando, então minimamente precisa ser feito, a gente precisa se adequar as nossas ferramentas teóricas, eu já fui em evento de falar assim, nossa nem sabia que vocês tinham linha teórica, porque não está vendo ali no cotidiano do trabalho né, e que horas está aparecendo isso né, porque eu não preciso ficar falando o tempo todo que eu sou marxista dialética batendo, ela tem que aparecer nas minhas ações, então a gente pode começar a colocar um pouco mais as nossas ações, a gente precisa de um CRESS um pouco mais a frente, a gente precisa de um CFESS lá em cima brigando a nível federal. A gente está se perdendo a gente está tendo coisas do judiciário que tão entrando no município, a gente está tendo judicialização, a gente precisa ter posicionamento a gente precisa melhorar nisso, nós não somos polivalentes a gente é garantia de direito dentro do serviço público municipal, outras esferas que contratem seus profissionais, a gente não pode trabalhar com o judiciário, com a promotoria, porque se não a gente não faz a proteção social que está dentro da oferta do suas, a gente vai virar mero levantador de prova, a gente tem que ter um entendimento muito firme do que é nosso, de saber que cárcere privado é crime, o assistente social não ter que ir lá, a gente tem que entender se o abuso confirmado ele é crime, tem que correr lá pelo sistema de justiça e que o nosso trabalho não tem que subsidiar informação porque a gente também atende o agressor nosso matricialidade é sócio familiar a gente atende ao todo, a gente atende o agressor o agredido todo mundo que está dentro dessa violência, então eu não posso ficar criando provas. A gente só quer que a violência não aconteça mas a gente não quer destruir família, porque se não a gente trabalha só na ação a gente não olha o passado para intervir no presente para ter um futuro legal de qualidade, então a gente tem que ter posicionamento muito sério a gente precisa ter ferramentas para e para melhorar a gente tem

que trabalhar firme dentro da política de assistência dizer para o que viemos, chamar as outras políticas para estar junto com a gente pra gente poder fazer política pública municipal de qualidade, e está escrito lá que assistência é articuladora das políticas, nós somos, então a gente precisa melhorar nisso também, a gente já avançou bastante na questão da articulação a gente não briga mais a gente discuti técnica antigamente lá há 11 anos atrás era uma foice no escuro e cada um queria puxar pro seu lado, então a gente avançou muito na questão de rede, então essa é minha visão, só vai melhorar quando a gente souber onde a gente quer chegar e que brasil a gente quer pro futuro também, e o que que a gente no nosso dia a dia está contribuindo pra isso, pra que chegue nessa coisa nivelada, a gente não pode entende que a gente tem que aumentar os sobrantes porque eu só tenho que trabalhar com quem é família de bem, eu não quero que as pessoas virem de bem eu quero que as pessoas sejam pessoas, família de bem homem de bem não sei é alguma coisa de bem igual eles lá estão denominando agora. Eu trabalho com pessoas, independente de que segmento são essas pessoas, é só isso.

Entrevista 4 - Marielle

Então, eu comecei na prefeitura de Jacareí em janeiro de 2008, na época fui entrevistada pela diretoria de proteção básica, que me encaminhou para atuar no CREAS, justificado pela experiência em ONG com crianças e adolescentes com violações de direitos. É importante eu falar aqui para você que antes de 2006 eram fragmentados, assim mulheres, idosos, medidas socioeducativas, situações de crianças/adolescentes em situação de risco etc. Ai em 2006 com a implantação do CREAS, as equipes foram acomodadas em apenas um equipamento, e eu quando entrei lá em 2008 dois anos depois dessa implantação ainda percebia e tinha o sentimento de que os usuários não tinham o sentimento de pertença, sabe, eu não conseguia ver naqueles usuários que eles tinham a sensação/sentimento de pertencer àquilo. A equipe em 2008 passou a receber várias capacitações e supervisões técnicas, eles estavam nos dando subsídios para as intervenções profissionais com o objetivo de reconstruir a metodologia do trabalho com as famílias e indivíduos, e a articulação com a rede protetiva e o sistema de garantia de direitos. Ai com o passar do tempo, e a continuidade e evolução das capacitações, tanto os usuários como os profissionais passaram a começar ver sentido no trabalho ofertado pela política de assistência social. Em 2011, depois de alguns anos trabalhando no CREAS, eu aceitei o desafio de trabalhar com a população em situação de rua, com o objetivo de conhecer e atuar com outras e novas demandas, ai me convidaram para ser supervisora na abordagem social, na época os serviços recebia recursos financeiros do governo federal, então era mais possível e mais fácil capacitar

servidores para conseguir então qualificar o trabalho, depois de passar quase um ano nesse cargo me convidaram então em 2012 para gerenciar todo o trabalho com a população em situação de rua, aí fiquei responsável pela casa de passagem, centro POP e a abordagem, ao meu ver, enxergo que foi possível avançar em vários aspectos, efetivar o que estava previsto na tipificação dos serviços, na época todos os usuários dos serviços tiveram efetivados os cadastros único do SUAS, ou seja, passaram a serem vistos no âmbito municipal, estadual e federal, minimamente era possível eles serem reconhecidos, ou pelo menos vistos em algum âmbito. Com o envio das verbas foi possível realizar capacitações de diversos temas para os servidores e usuários, realização de oficinas, viagens culturais e de lazer etc. Mesmo com os avanços obtidos observei também que a gerência demandava trabalho 24hs, eu não tinha mais tempo para muita coisa, isso eu estou falando da minha vida pessoal mesmo, era trabalho o tempo todo e para piorar a falta de recursos humanos, né. Outras prioridades pessoais fizeram eu optar em sair da gerência. Então em 2015, retorno para o CREAS, observo daí a escassez de recursos federais, o que fragiliza o trabalho no sentido de desenvolver atividades com os usuários.

Atualmente sou conselheira suplente no CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social), tendo a oportunidade de atuar na defesa do usuário em outros âmbitos. Tivemos a inauguração/reinauguração de alguns equipamentos, refiro a reinauguração porque teve locação de novos imóveis de serviços que já existiam no município, a casa de passagem e o centro POP, inauguração de um novo CREAS na zona Oeste e um novo CRAS na zona Sul. Ah e teve também a inauguração do programa de governo, a família segura, mas que não está na tipificação dos serviços socioassistenciais, mas atinge diretamente o nosso trabalho, o trabalho ofertado aos usuários da assistência social. A locação de novos imóveis foi boa, favorece tanto os servidores como também os usuários, porque né os antigos equipamentos eram sucateados, não tinham mais condições de receber usuários. O ambiente bem cuidado, com salas amplas de convivência e de atendimento, dignifica o trabalho, tornando as ações mais efetivas, porque melhora a qualidade dos serviços prestados, além de compreender que, quando o usuário consegue ter o sentimento de pertença, é melhor a vinculação do usuário aos serviços prestados. Agora sobre a inauguração de novos equipamentos entendo que é necessário, visto o aumento da população, contudo há necessidade de olhar sensível sobre a adequação de número de servidores conforme prevê a NOB RH. E em relação ao programa de governo sobre a criação do programa família segura em parceria com as secretarias governo, saúde e segurança, está como prioridade nas ações da gestão de 2018 a 2021. Porém há outras prioridades na PMAS como por exemplo fomentar a inserção dos usuários no mundo do trabalho por meio de

articulação com o PAT. O PAT está vinculado à secretaria de assistência social, até o momento não consegui observar efetividade de inserção dos usuários do CREAS, através de ações do PAT.


Falando assim de um modo geral, considero positiva as mudanças, mas entendo que a gestão precisa motivar seus servidores com salários dignos, vale-refeição com valor justo, etc., além de adequação dos equipamentos de acordo com as normas da ABNT né, e também o respeito a guarda dos arquivos dos usuários dos serviços conforme prevê o código de ética das profissões. Na minha visão e concepção compreendo que o nosso governo federal tem alterado leis, decretos a todo momento, o que afeta diretamente os direitos conquistados, tornando a política de assistência social muito frágil, e até mesmo instável, contudo todos os servidores, usuários e trabalhadores do SUAS, precisam ocupar espaços de deliberações CMAS, CMDCA, SINDICATOS, etc. O repasse de recursos financeiros na área da assistência social é insuficiente e o governo atual conseguiu tornar a situação ainda pior, justificada pelo baixo crescimento da economia, atrasando os recursos por mais de ano, ficando alguns municípios descobertos e não dando continuidade aos trabalhos continuados, prejudicando toda a população que necessita, limitando dessa forma a atuação profissional. Observo que em nosso município, o trabalho intersetorial tem se destacado na defesa dos usuários, mas ainda há muito que se avançar no sentido de se capacitar para que nas discussões minimize os julgamentos de valores, para que se avance a defesa intransigente dos direitos dos usuários. Compreendo também a necessidade de os usuários participarem ativamente do processo de construção do planejamento dos diversos serviços, se cada política efetivar com qualidade o trabalho com cada munícipe é obvio que a assistência social trabalhará prioritariamente com a proteção e prevenção. Acrescenta-se que em nossa prática diária, é observado que o poder judiciário tem usado a nossa força de trabalho, solicitando relatórios, pareceres que são do campo da perícia técnica do fórum, e dá pra perceber que os profissionais e gestão estão ainda tímidos para o enfrentamento dessa questão, ao realizar trabalhos de perícia os profissionais deixam de atender o que realmente é sua atribuição a nível municipal o qual prestou concurso público.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O/a Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**A MUDANÇA DA GESTÃO DO TRABALHO: a percepção de assistentes sociais**”, sob a responsabilidade da pesquisadora Elisa Maria Andrade Brisola. Nesta pesquisa discutiremos as percepções dos assistentes sociais na área da assistência acerca dos processos de precarização do trabalho. Sua participação é voluntária e se dará por meio da abordagem qualitativa, pois buscaremos conhecer a realidade investigada a partir das experiências dos participantes. As entrevistas serão gravadas em um aparelho celular e serão mantidas em sigilo por um período de cinco anos, conforme os critérios estabelecidos pelo Conselho da Ética em Pesquisa com Seres Humanos - resolução n.º 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Como instrumento para coleta de dados será utilizada a entrevista guiada por roteiro. Os potenciais benefícios de sua participação nesta pesquisa consistem na ampliação de conhecimentos sobre a política de assistência social. Salientamos que os riscos em relação a sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados a possíveis inibições em participar da entrevista. Entretanto, as dúvidas serão esclarecidas a fim de proporcionar ao entrevistado conforto e segurança ao responder as perguntas da entrevista.

Para participar deste estudo o/a Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (12) 982945678 (obs. Inclusive ligações à cobrar), e-mail: marcellebmaia@hotmail.com. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.


NOME DO PESQUISADOR
Elisa Maria Andrade Brisola

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**A MUDANÇA DA GESTÃO DO TRABALHO: a percepção de assistentes sociais**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações sobre a pesquisa e me retirar da mesma sem prejuízo ou penalidade. Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2019.

ANEXO B

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu Elisa Maria Andrade Brisola, pesquisador responsável pelo projeto de pesquisa intitulado **A mudança na gestão do trabalho: a percepção de assistentes sociais** comprometo-me dar início a este projeto somente após a aprovação do Sistema CEP/CONEP (em atendimento ao Artigo 28 parágrafo I da Resolução 510/16 e XI.2 item A ou da Resolução 466/12).

Em relação à coleta de dados, eu pesquisador responsável, asseguro que o caráter de anonimato dos participantes desta pesquisa será mantido e que as suas identidades serão protegidas. As fichas clínicas e/ou outros documentos não serão identificados pelo nome.

Manterei um registro de inclusão dos participantes de maneira sigilosa, contendo códigos, nomes e endereços para uso próprio.

Os Termos assinados pelos participantes serão mantidos em confiabilidade estrita, juntos em um único arquivo, físico ou digital, sob minha guarda e responsabilidade por um período mínimo de 05 anos.

Asseguro que os participantes desta pesquisa receberão uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; Termo de Assentimento (TA, quando couber), Termo de Uso de Imagem (TUI, quando couber) e TI (Termo Institucional, quando couber).

Comprometo-me apresentar o relatório final da pesquisa, e os resultados obtidos, quando do seu término ao Comitê de Ética - CEP/UNITAU, via Plataforma Brasil como notificação.

O sistema CEP-CONEP poderá solicitar documentos adicionais referentes ao desenvolvimento do projeto a qualquer momento.

Estou ciente que de acordo com a Norma Operacional 001/2013 MS/CNS 2.2 item E, se o Parecer for de pendência, terei o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da emissão na Plataforma Brasil, para atendê-la. Decorrido este prazo, o CEP terá 30 (trinta) dias para emitir o parecer final, aprovando ou reprovando o protocolo.

Taubaté, 08 de abril de 2019

Elisa Maria Andrade Brisola
Pesquisador Responsável

ANEXO C

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO NA PLATAFORMA BRASIL



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MUDANÇAS NA GESTÃO DO TRABALHO: a percepção dos assistentes sociais

Pesquisador: Elisa Maria Andrade Brisola

Versão: 2

CAAE: 15033919.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 066620/2019

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto MUDANÇAS NA GESTÃO DO TRABALHO: a percepção dos assistentes sociais que tem como pesquisador responsável Elisa Maria Andrade Brisola, foi recebido para análise ética no CEP UNITAU - Universidade de Taubaté em 04/06/2019 às 13:47.

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210.
Bairro: Centro CEP: 12.020-040
UF: SP Município: TAUBATÉ
Telefone: (12)3825-1233 Fax: (12)3825-1233 E-mail: cep@unitau.br